

Campus

Jornal-Laboratório do
Departamento de Comunicação da UnB

nº 91
1ª quinzena, Abril de 86

Cadê a autonomia!

Afinal de contas, o que é "autonomia universitária"? Isso existe na UnB? O Campus conversou com o assessor jurídico da reitoria, José Geraldo de Sousa Júnior, e com um representante da Polícia Federal sobre o assunto que tem agitado a UnB. Confira na pág. 3

Do Corpo à Cabeça, o

Primeiro, os orientais tomaram conta de nossa mesa, produzindo as verduras e frutas que comemos. Depois, vieram as religiões, as práticas de medicina e todas as formas de culto do corpo. Págs. 6 e 7.

ORIENTE
BRASILIA

A frustração do astro que não deu certo

VINICIUS DORIA

Frustração. Não há outra palavra que defina a sensação de ver o tão decantado cometa de Halley. Foram meses de expectativa, de ansiedade e espera com o único objetivo de vislumbrar o que seria o maior espetáculo da natureza nestes últimos 75 anos. Afinal, ver o cometa que já encantou e apavorou tanta gente deveria ser algo realmente grandioso. Mas não foi.

A madrugada do dia 12 reuniu nos arredores de Brasília um número impressionante de gente. Eram filas e filas de automóveis parados nos acostamentos das estradas de acesso à capital. As pessoas, munidas de binóculos, lunetas, máquinas fotográficas ou qualquer coisa que permitisse uma melhor visão do visitante estelar, vasculhavam no céu superestrelado qualquer coisa que se parecesse no mínimo com um cometa. Foi uma tarefa das mais difíceis. Os braços apontavam para todas as direções possíveis do firmamento. E houve quem jurasse que a estrela Aldebarã ou mesmo a Alfa Centauro era o procurado cometa.

Mas o cometa não passou de um espirro no céu. Aquela nuvenzinha que mais parecia uma ponta de cotonete desfiada, nem de longe (e realmente estava longe) fazia lembrar as figuras que ilustram as capas dos fascículos que invadiram nossas bancas nos últimos meses. Aquela colossal bola de fogo com sua cauda reluzente que se perdeu no espaço não apareceu e tampouco satisfez os milhares de fãs que aguardaram ansiosos a sua chegada. O ano da letra C realmente não começou bem.

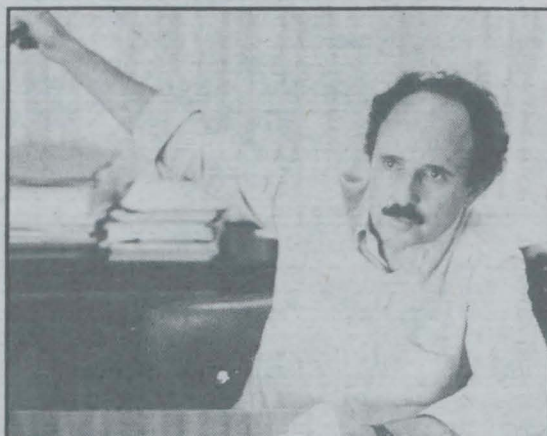
Mas se vocês acham que todo mundo saiu frustrado com a insignificância do cometa enganam-se redondamente. Os vendedores de bottons, camisetas e adesivos fizeram a festa. E somam-se a estes os fabricantes de lunetas, binóculos e artefatos similares. Esse povo realmente viu o cometa, só que foi um cometa de dinheiro. Eles seguiram à risca a idéia do "tem que dar certo" e realmente deu.

Se o cometa foi frustrante, a festa valeu. A começar pelas inscrições das camisetas que iam desde o famigerado "I love Halley" até as criativas "Halleylúia" (para os crentes) e "O cruzado deflacionou o Halley". Todos passaram a ser astrônomos e de uma hora para outra sabiam (ou pelos menos julgavam que sabiam) mais de estrelas e cometas que os próprios astrônomos do Observatório Nacional. Mesmo quando confundiram um satélite artificial de comunicações com uma estrela cadente ou um avião comercial com discos voadores. Mas foi uma festa. Muita cachaça, e em pouco tempo pelo menos cinco Halley foram localizados.

Certamente os que mais se sentiram logrados foram aquelas pessoas que pagaram um lugar nos aviões que fizeram excursão pelo céu em busca do cometa. Além de desembolsarem razoáveis quantias de cruzados amargaram a insatisfação de não tê-lo visto. Melhor se ficassem em terra, participando das babilônicas festas que foram realizadas nos jardins da península dos ministros. Estas sim valiam a pena...

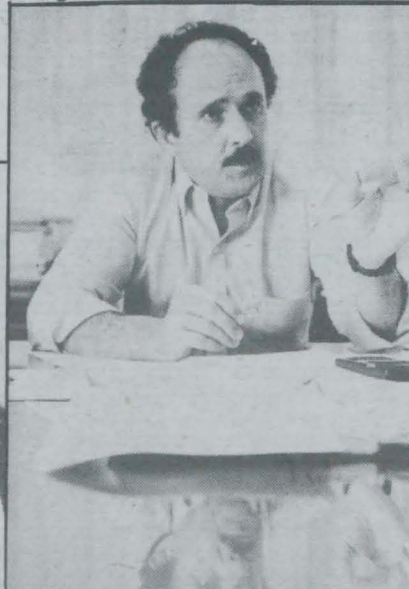
O ano da letra C repito, não começou bem. E a se confirmarem as expectativas, a Copa, com a capenga seleção nacional, e a Constituinte, com a maciça injeção de dinheiro por parte dos donos do capital, não devem fazer a festa do brasileiro este ano. Em compensação, a Crise e o Cruzado travarão um duelo dos mais interessantes. Mas será que vai dar certo?

O ASTRO MAGNÍFICO



Eu vi,
eu vi, eu juro que vi.

Margareth Vitória



.....mas só que era
des'tamaninho



As últimas do promotor

Abrindo a série de debates sobre Constituinte e Questões Marginais, o seminário «A Constituinte e a questão da maconha» será realizado no dia 24/4 (quinta), em duas seções: a 1ª a partir das 9h30 e a 2ª às 19h30. Convidados:

Fernando Gabeira, Jorge Mautner, Tércio Lins e Silva (ConFEn), Fernando Lyra, Paulo Brossard, o Promotor e outros. Às 12 horas na entrada Norte show com Jorge Mautner e Nelson Jacobina. Inscrições no DAA.

Essa vida é gozada, mesmo. O promotor Antônio R. Gomes da Silva Filho, que quer ficar famoso

processando quem fala de maconha, esteve cotado (pasmem) para ser Assessor Jurídico da (pasmem de novo) Universidade de Brasília. Quando a UnB foi procurar um advogado, resolveu fazer uma consulta sobre quais eram os nomes mais indicados para assumir o cargo. E (continuem pasmando) um dos nomes que apareceram foi o do antimaconheiro Antônio Gomes da Silva. Caso se tivesse decidido por ele, a UnB, ao invés de um advogado, ia ganhar um policial. Muito gozado, mesmo. (Rudolfo Lago)

Reagan e o mar de Moisés

O presidente Ronald Reagan conseguiu o que há séculos ninguém consegue. Aliás, o último que conseguiu foi o Moisés antes do Raul Seixas nascer. Reagan uniu os povos árabes. A única diferença dele para o Moisés é que a união agora é contra ele. Aguarda-se: será que ele vai conseguir abrir o mar vermelho? Ou vai só abrir um mar de sangue? (Rudolfo Lago).

JORNALISMO

A versão do fato é muito maior que o fato: a versão ao Fato (esse, o fundamental) Nevinho Alarcão. A versão do fato é muito maior que o fato: a versão ao Fato (esse, o fundamental) Nevinho Alarcão.

Existe um decreto-lei, de 1969, que obriga a Caesb a destinar 10 por cento de todas as contas de água de Brasília à preservação da Bacia Hidrográfica e o controle da poluição e preservação ecológica no Distrito Federal. Segundo Benjamim Sicsu, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente, só agora eles descobriram este decreto e o dinheiro nunca foi utilizado para este fim. Sicsu disse que sua coordenadoria vai começar a brigar para que a lei seja cumprida pois, com a verba, poderiam começar a desapropriação do Parque Nacional das Águas Emendadas, que seria uma reserva ecológica no DF.



Saudável hábito de questionar

A idéia era simples. Nem sobre e nem pela liberação. Era um debate sobre a maconha. A mesa era eclética e minha desconhecida. A proposta do debate não objetivava a maconha em si mas sim a verificação de que temas como este trariam toda uma participação, independente de grandes divulgações, ao contrário dos grandes temas nacionais como a Constituinte ou internos, como a "Estutuinte". Foi confirmada a hipótese. Por quê? Cada um deve saber.

Eis que aí, por uma providência divina, caiu dos céus um promotor que semeou todo um campo. Um campo de canabis por melhor dizer. E este campo floresceu e frutificou. A discussão transcendeu a maconha e entrou no campo do controle ideológico, da autonomia universitária e do papel de reflexão crítica da Universidade.

Ficou claro para mim que no debate e no caso do Je vous Salue, Marie, no qual o reitor da UFRJ apoiou a projeção do filme e o processo já foi arquivado, a autonomia universitária tem seus limites de acordo com nossa força política. Dos frutos deste campo, serviram-se um bando de passarinhos que viajou e voou alto, plainou e sonhou. Gostaram tanto que vão pedir para outros promotores que promovam iguais sementeiras em torno de todas as questões marginais.

Quanto a "boaconha", talvez o problema principal seja uma questão de semântica. Concorro com sua discriminação mas sou radicalmente contra a sua exploração capitalista com o marketing fazendo cabeças e criando necessidades com o objetivo de lucro.

Na minha opinião, propaganda deveria existir no sentido de informar e educar os usuários de todas as drogas, legais ou não, dos seus males e consequências. Quem sabe com isso não evitássemos sua utilização maléfica pelos jovens como também alertaríamos quanto a dependência dos tranquilizantes em que se encontram hoje os nossos familiares. Vamos a luta, galera! Nelson, aluno indiciado por ter sido um dos organizadores do debate sobre a maconha).

Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB
Professores Responsáveis: Murilo César Ramos, José Salomão David Amorim, Hélio Doyle, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira e Luiza Venturelli (fotografia)
Editor Geral: Andrea Cerqueira
Secretário de Redação: Ivan Brscan
Chefe de Reportagem: Amneres Pereira

Editores: Marluce Paulista Brauna, Ida Pietricovsky de Oliveira, Andréa Chagas Cerqueira, Adélia Barroso Fernandes, Ana Paula Macedo, Heloisa Helena Fernandes, Clautenis Delene, Fábio Henrique C. Guimarães, Rudolfo Lago, Shirlene Costa, Marta Faria Andrade, Fabrício Marques, Ivan Brscan, Vinicius Doria, Juarez Libanio, Mª Lúcia Sigmaringa Seixas Amneres Pereira, Alessandro Galvão, Cid Queiroz, Nevinho Alarcão, Mª Aparecida de Oliveira, Mª Cacilda Benevides, Nara Ferreira, Sandra Machado, João Batista Paganine, Denise Rotemburgo de Sá.

Reportagem: Fernando de Freitas, Greice Angelotti Neves, Jorge E. Lage, Cláudio Marcelo Tourinho, Guilherme Solino Evelim, Paulo Alberto Fortes, Lilian Fonseca, Ana Teresa Serpa, João Anderson de Jesus, Cláudia Moema, Sabrina Costa, Jorge Luis Vianna, Ana Paula Padrão, Katia Turra e Renato Afonso Moreira.
Diagramação: Chico Amaral
Fotografia: Margareth Vitória e Natália Kneipp.
Laboratorista: Jeová Xangô
Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira e Adriano Valle.

Enquanto isso...

Para onde vai a UnB? Para casa, descansar.

Para que se discutisse os rumos da Nova Universidade, a administração da UnB reservou a semana de 28 de abril a 4 de maio para um grande congresso, intitulado «Para Onde Vai a UnB?». No calendário, porém, o que veio impresso é que esse seria um período de recesso escolar. A comunidade achou uma ótima idéia e avisou a família que ia passar uns dias na casa da vovó no Guarujá. Quando vieram com a história que o recesso era para a realização do congresso e dos debates, o pessoal achou que era brincadeira, confirmando com a vovó que era para ela arrumar o quatinho, que ele ia, sim. Rendida, a UnB adiou o congresso. Uma sugestão para o recesso, agora, de fato: conheça o Pantanal, antes que ele acabe.

Tem gente que sabe perder! O ex-professor da UnB, ex-candidato a reitor e ex-superintendente da Caesb, Laélcio Ladeira, não se deixou intimidar pela coleção de «ex» em sua carreira. Ele é candidato à Constituinte e pelo visto, o fato de ter sido, entre 17 nomes, o menos votado pela comunidade universitária quando da eleição para reitor, não influenciou em nada seu otimismo. Incansável, Laélcio promete mais calendários...

Durante entrevista bastante informal concedida a dois repórteres do **Campus** uns dias atrás, debaixo de uma árvore entre o Minhocão e a Reitoria, o reitor constatou que colocar uns banquinhos espalhados pelo jardim da Universidade seria uma boa pedida. A idéia é «magnífica», mas se não ficar apenas na capacidade de percepção do Cristóvam. Se, porém, o reitor colocar mesmo os banquinhos, as próximas entrevistas do **Campus** prometem ficar bem mais agradáveis.

A repórter Catarina Guerra, do **Correio Brasileiro**, depois de ter sido o estopim do processo contra os debatedores da maconha, viu-se obrigada a ir entrevistar o próprio promotor Antônio Gomes da Silva. No meio da entrevista, o promotor disse: «Eu não sou psicólogo de justiça. Eu sou promotor de justiça». Mais tarde, pensando que Catarina era repórter do **Campus**, comentou: «Eu vi o que você escreveu sobre mim naquele jornalzinho». O **Campus** ultrapassa as fronteiras do campus.

Autonomia: que papo é esse?

RUDOLFO LAGO E
FABRÍCIO MARQUES

Se o filme francês «Je Vous Salue, Marie» está proibido em todo o território nacional pelo presidente da República, por que a universidade quer ser diferente e insiste em exibir a película em suas dependências? Se o uso da maconha é proibido pela lei de entorpecentes e sua discussão depende de autorização prévia do Ministério da Justiça para não descambar em apologia e propaganda, porque a UnB continua realizando estes debates e poluindo as idéias da nossa juventude com a fumaça da «cannabis sativa»? O que é que os campi universitários têm que o resto do Brasil não tem?

Se você nunca ouviu falar em «autonomia universitária» ou ainda acredita que estudante existe exclusivamente para estudar, certamente estas questões ainda não se resolveram na sua cabeça. E a resposta a estas perguntas depende de uma análise histórica do amadurecimento deste conceito, abstrato e nem sempre respeitado, da autonomia universitária.

Anterior ao Estado

Segundo o assessor jurídico da UnB, José Geraldo de Souza Júnior, a universidade nasceu antes do Estado (nos tempos medievais) e não dependia de sua tutela para se autogerir. Tinha legislação própria e era responsável pela sua administração, independente do controle das sociedades que porventura a cercassem, conta o assessor. Com o passar do tempo, a forma do Estado se sobrepôs à Universidade e impôs suas normas, mas o princípio da autonomia foi preservado em alguns aspectos e, hoje, «as instituições de ensino superior organizam seu próprio currículo, sua orientação pedagógica, sua administração e seu sistema de ensino», explica José Geraldo.

O que o assessor não explicou é que a autonomia tem poderes bem limitados e restritos. O Conselho Federal de Educação estabelece as diretrizes dos currículos «organizados» pelas universidades e a administração é conduzida por pessoas escolhidas pelo Presidente da República. A autonomia é muito mais uma figura de retórica do que uma intuição respeitada. O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Horácio Cintra Macedo, está sendo convidado a depor na Polícia Federal do Rio

A autonomia universitária pode esbarrar em percalços desse tipo

para esclarecer as circunstâncias da exibição do filme «Je Vous Salue, Marie», que foi interrompida pela ação policial no «autônomo» campus universitário.

Interpretação Genérica

Para José Geraldo o equívoco que decorre desse fato é o de interpretar as leis de forma genérica sem atender para as peculiaridades que modifiquem sua aplicação. «Por exemplo», explica, «quando se diz que todo cidadão brasileiro é eleitor e elegível, não estão incluídos aí os menores de 18 anos, os soldados, não estavam incluídos os analfabetos. É uma regra geral, se aplica a todos. Mas, estão excluídos estes que, por certas condições peculiares, não podem participar».

O que ocorre com a questão da exibição do filme é algo semelhante, segundo o assessor jurídico. A lei que o censurou é dirigida a espetáculos e diversões públicas e sua exibição num recinto de universidade teria por objetivo a discussão da obra de arte, não a diversão e o entretenimento. Segundo o assessor, a proibição não inclui a universidade não porque ela esteja acima da lei, mas porque ela não é destinatária dessa lei.

O assessor jurídico diz ainda que o Estado, inclusive, passou a respeitar os direitos dos campi de exibirem o filme, entendendo que a Universidade é o espaço de discussão de idéias, da livre crítica do pensamento e do



Luis Fernando Verissimo in "As Cobras", Ed. Codecri, 1979

Anterior ao Estado, a universidade criou suas próprias regras para se autogerir. Tinha legislação própria e respondia pela sua administração. Com o passar do tempo, o Estado se sobrepôs sobre todas as instituições, inclusive a universidade. O princípio da autonomia, porém, foi mantido.

debate das grandes questões nacionais. «Foi isso que o reitor quis dizer na sua carta», explica José Geraldo. «A carta atingiu seu intento». Só que o ministro não gostou da carta. Teria dito que o cargo de reitor é de confiança e se Cristóvam não quer cumprir a lei, que entregue o cargo. Além disso, não respondeu à carta.

Cumpridora de leis

A Polícia Federal também não partilha da interpretação do assessor jurídico da UnB sobre «Je Vous Salue, Marie». Para o assessor de Comunicação Social do DPF, Paulo Marra, «não cabe à Polícia Federal interpretar leis. Essa é a função dos advogados e dos juristas. A função da polícia é fazer cumprir a lei. No dia em que a gente deixar de cumprir a lei, estaremos deixando de fazer o nosso papel». Segundo Marra, se o filme não foi liberado, ele não pode passar. E ninguém orientou a polícia no sentido de que haja alguma exceção a essa regra.

A maconha em debate

Mas nem só com filme proibido se fere a autonomia universitária. A UnB está sob ameaça de intervenção policial porque insiste em realizar no dia 27 de abril um debate sobre «Constituinte e os Temas Marginais», onde se falará sobre a possibilidade de liberação da maconha. Esse será o segundo debate sobre o assunto esse ano. O primeiro rendeu o indiciamento de três estudantes e um advogado que participavam do evento.

Insensíveis às ameaças de intervenção ou novos indiciamentos, os estudantes partem para o novo debate, dentro

do ciclo sobre Constituinte e que conta com o apoio da própria Reitoria. A questão da maconha pode ser encarada pelo mesmo prisma com que se encara a da exibição do filme francês. Como explica José Geraldo, não existe questão menor numa universidade que pretenda discutir todos os problemas nacionais. «Não há questão menor. Não existem questões que possam ser reduzidas a meras questões policiais. As questões policiais é que devem ser elevadas ao patamar digno de questão nacional. A maconha é uma questão nacional. Tanto que teve bastante concorrência e repercussão o debate».

Para rebater os argumentos de José Geraldo, o promotor Antônio Gomes da Silva, responsável pelos indiciamentos na UnB, usa pontos de vista semelhantes ao da DPF. Em entrevista ao **Correio Brasileiro**, o promotor diz que não é «um psicólogo de justiça, mas um promotor de justiça». Se o debate fere a lei de entorpecentes (na interpretação de Antônio Gomes da Silva), então as pessoas têm que ser indiciadas. Não há exceções. A lei tem que ser cumprida.

Para José Geraldo de Souza Júnior, os choques entre os cumpridores da lei e os defensores da autonomia universitária são contingências do exercício da democracia. «Não que a democracia no Brasil seja nova. É que ela é um exercício, uma prática cotidiana. Todo momento, ela se reinventa. É um exercício arriscado, que passa por contradições de toda a sorte, onde os contrários se chocam.

Para o assessor de Comunicação da DPF, não cabe à Polícia Federal fazer interpretação de leis. Se o filme «Je Vous Salue, Marie» está proibido por lei, ele não pode passar. E não há exceções. Quanto à maconha, a posição do promotor Antônio Gomes da Silva, é parecida.

A população de Brasília convive com problemas básicos de infra-estrutura que podem ser minimizados com a ajuda da Universidade de Brasília

arquivo engenharia civil



A UnB fora dos limites do Campus

ANA PAULA MACEDO
NARA FERREIRA

A Nova Universidade já está dando os primeiros passos. Dentre as novas propostas para transformar de fato a UnB, está inserido o Projeto Primavera, que tem a finalidade básica de levar o ensino universitário para fora do Campus, unindo e trocando experiências que possam trazer resultados positivos para alunos e professores, bem como para a comunidade em si.

A iniciativa partiu do Departamento de Engenharia Civil, no começo do ano passado, com a perspectiva de tornar real o sonho da Nova Universidade. "O Projeto Primavera surgiu de conversas de corredor entre alunos e professores da Civil, naquele momento de esperança que invadiu a UnB com a saída do ex-reitor Azevedo", declara Marco Antônio Souza, chefe do Departamento de Engenharia Civil e coordenador do Primavera.

Pessoas interessadas se mobilizaram para definir o que, na prática viria a ser o Projeto. Foi, então, redigido um documento constando as diretrizes do mesmo; dentre elas, que o espaço para atuação deveria ser na região geoeconômica de Brasília, com custos baixos, podendo contar com a infra-estrutura existente na UnB, assim como apoio externo.

Ao ser planejado, o Primavera foi dividido em quatro fases distintas: Prospecção e Reflexão para detectar os problemas e a realidade do local; Consciência e Pro-

posição, em que são formalmente apresentadas soluções para os problemas detectados na fase anterior; Realização, em que alunos, professores e a população local executam os subprojetos elaborados; e finalmente, Avaliação e Retro-Alimentação. Esta última fase objetiva uma análise conjunta de todo o trabalho realizado, para que os eventuais erros não sejam repetidos no próximo espaço a ser visitado.

A escolha da área

Ficou estabelecido que o local para que os trabalhos fossem realizados seria Planaltina de Goiás, conhecida como Brasília, uma cidade dormitório, que, em 1980, quando o último censo foi feito, possuía 16 mil habitantes. Hoje calcula-se que este número atinja 30 mil. A aproximadamente uma hora do Plano Piloto, esta pequena localidade possui inúmeros problemas de infra-estrutura, dando espaço para um trabalho que poderia envolver não apenas o Departamento de Engenharia Civil, mas todas as áreas de conhecimento da Universidade de Brasília.

Considerando que esse projeto de extensão pretende despertar a população para o fato de que seus problemas sociais, podem ser resolvidos com o auxílio da Universidade, foram feitas visitas ao local, estudos e reuniões com a participação de representantes de vários departamentos e centros acadêmicos, como forma de motivar estudantes e professores a sentirem a dimensão dos seus cursos, e como aplicá-los na prática.

No entanto, essas grandes reuniões não trouxeram o resultado esperado, gerando o enfraquecimento dos trabalhos. Partiu-se, então, para a divisão em grupos, cada qual responsável por uma área de atuação: Saúde, Educação, Técnicas de Construção, Saneamento, Horta Comunitária, Animação Cultural e Transporte. O maior problema era a oficialização do projeto na universidade como um todo, e não apenas uma proposta restrita do Departamento de Engenharia Civil.

Assim, o Projeto Primavera foi incluído no Programa Permanente de Participação Coletiva, coordenado pelo Decanato de Extensão, que inclui, dentre outros, os projetos Novo Gama, ou "Fatinha", e Ceilândia. "Um projeto como o Primavera vem ao encontro da Filosofia do Decanato, que prevê um trabalho dinâmico com a comunidade", é a opinião do decano Volnei Garrafa.

Segundo o decano de Extensão, o Conselho-Diretor da UnB já liberou uma verba inicial, de recurso próprio, de 487 mil cruzados. Há ainda a perspectiva de se conseguir uma verba de 507 mil cruzados, através do Ministério da Educação, que viria impulsionar os trabalhos.

Até o final do ano passado, o Projeto Primavera estava sendo levado num ritmo dinâmico, que foi interrompido com as férias. Hoje apenas alguns alunos e professores da Civil estão realmente envolvidos nas pesquisas. Os outros departamentos têm contribuído de forma indireta.

O Projeto Primavera pode ser desenvolvido por toda a UnB. A meta principal é fazer com que professores e alunos troquem experiências com a comunidade local.

O chefe do Departamento de Engenharia Civil considera que o passo inicial para que esta situação seja revertida é a construção de uma sede simples, que sirva de base para a reativação do Projeto. "Pretendemos construir inicialmente cinco casinhas privilegiando técnicas de auto-construção com o trabalho de estudantes, professores e da população local. Será um processo de aprendizagem mútua proporcionando tecnologia e pesquisas voltadas à realidade do País", ressalta Marco Antônio Souza. Para ele, a compra do terreno deve ser efetivada de maneira independente, procurando evitar envolvimento político, já que esse é um ano de eleição.

Yaecko Yamashita, professora da Civil e também coordenadora do Projeto Primavera, espera que os trabalhos não se restrinjam a apenas à implantação física da sede. Na sua opinião, deve haver um maior contato com a população de Brasília, bem como com outros departamentos da UnB. "Não adianta trabalhar sem comunidade. O importante é mostrar o que é necessário, e ensiná-lo a usar na prática", diz Yaecko.

Apesar dos estudantes da Civil terem participado ativamente no início do Projeto, hoje isso não acontece. Para o presidente do CAEnC, Dionyzio Klavidiãos, "o CA não vem discutindo muito essa questão pois, infelizmente, tem questões mais prementes. Mas, existem grupos de estudantes interessados que já estão se mobilizando". Dionyzio acredita que o Projeto deve ser levado com discussões profundas a nível social, paralelamente à parte prática. "No entanto, o Primavera está sendo levado na marra por muito poucas pessoas", conclui o presidente do CAEnC.

Marco Antônio, Yaecko e Dionyzio concordam que, para o êxito do Projeto, falta uma maior conscientização do caráter social da universidade. O chefe do departamento de Engenharia Civil propõe que o Projeto Primavera seja introduzido nas salas de aula, e que os professores direcionem os trabalhos, tanto a nível de graduação quanto de pós-graduação, para temas relacionados aos problemas de Brasília. E acrescenta: "Temos que formar profissionais voltados para a comunidade, e não profissionais de escritório".

JUAREZ LIBAINO MARTINS

A tendendo a uma antiga reivindicação do movimento estudantil e da comunidade brasiliense, a Universidade de Brasília, pela primeira vez, oferece matérias à noite. Isso não significa ainda a criação de cursos noturnos, que beneficiariam pessoas que trabalham durante o dia, mas pode ser um caminho inicial.

O professor Carlito Zanetti, chefe do Departamento de Economia, diz que a questão do curso noturno na UnB merece uma melhor reflexão, pois, até que ponto o simples oferecimento de algumas matérias à noite em alguns departamentos, consolida um efetivo e real curso noturno? Questões trabalhistas, a ociosidade da universidade à tarde, um vestibular para os cursos noturnos, com toda infra-estrutura universitária, devem e precisam de maiores e melhores discussões.

Matérias à noite ou curso noturno?

No semestre passado, a reitoria da universidade, em matéria publicada no Boletim da UnB, sugeriu aos departamentos a possibilidade de que aqueles que tivessem condições e interesse das partes (professores e estudantes) oferecessem matérias à noite, desde que houvesse outra turma oferecida durante o dia.

Neste primeiro semestre de 86, alguns departamentos ofereceram matérias à noite (Química, Estatística, Desenho, Arquitetura, Direito, Psicologia, Administração, História, Letras, Comunicação e Relações Internacionais). Os departamentos de Estatística e Direito ofereceram o maior número de matérias (13 e 9, respectivamente). A procura é o in-

teresse dos alunos foi muito grande, pois das 39 matérias oferecidas, apenas quatro não se consumaram por falta de alunos.

Mara Souto Marquez, 9º semestre de Arquitetura, matriculada em Instalações e Equipamentos, aprovou a ideia, já que trabalha à tarde e o curso de Arquitetura tem uma carga de crédito muito grande. Mara afirma ainda: "O curso está melhor do que esperava, as aulas estão sendo práticas, com debates e não expositivas, as pessoas pegaram porque era à noite e a matéria não era oferecida há muito tempo. Segundo Ligia Crisóstomo Rosario, 7º semestre de Arquitetura, as matérias oferecidas pelo departamento (3 optativas e uma obrigatória) são matérias interes-

santes ao curso, por isso as turmas estão cheias.

Benamy Turkiewicz, professor do Departamento de Arquitetura, responsável pela matéria Estudos Especiais em Arquitetura, diz que a resposta e a participação dos alunos à noite é boa, a situação nesse horário é calma e favorável, e a procura dos alunos foi maior que o número de vagas.

Se fosse citar todos os alunos e professores consultados, as respostas não seriam muito diferentes das anteriores. Na maioria dos casos, as pessoas interessadas acham bom o oferecimento de matérias à noite, pois atende aos seus interesses (carga de créditos por curso, conciliação universidade/trabalho, falta de vagas em matérias oferecidas, etc.).

A grande queixa dos alunos e professores é quanto à falta de uma infra-estrutura à noite, como o funcionamento de uma lanchonete no Minhocão, o deslocamento de funcionários para o turno da noite ou a contratação de pessoal e linhas de ônibus regulares.



Você sabia que pesquisadores, como Michel Foucault, chegaram à conclusão de que a loucura só passou a ser considerada "doença mental" no final do século passado, com o advento da psiquiatria? Não? Você é um alienado.

A fala da filosofia

ALESSANDRO GAGNOR

«O conjunto dominante das formas de pensar diz o que é normal, e tende a reagir contra as formas diferentes, classificando-as de «loucas»; com esta folclorização, ridicularização ou «tolerância», esvazia-se a responsabilidade da pessoa pelos seus atos. Expressões como «deixa de besteira» ou «você não sabe o que faz» são formas brandas de expressão do mesmo (pre) conceito psicossocial de loucura».

A declaração acima é do professor da UnB, Estêvão Chaves de Rezende Martins, Doutor em Filosofia. Estêvão manifesta seu receio de ferir as susceptibilidades dos colegas médicos, e acha possível deduzir de Freud que «todos nós somos loucos», mas lembra a sua não especialização no assunto e o desejo de não ferir as susceptibilidades de seus colegas médicos. «Na União Soviética a repressão de tipo político se sustenta atrás de argumentos médicos; uma cortina de cientificidade, que vela os contornos do fato. O cidadão comum, não especializado,

lendo nos jornais o que os especialistas dizem, acaba por concordar com o internamento de indivíduos «loucos», ou seja, perigosos. E historicamente claro que o conceito de loucura sempre foi usado para eliminar ou neutralizar as opiniões diferentes. Se as famílias ricas esperam que seus filhos se tornem advogados e eles se tornam bailarinos, esta noção psicossocial de loucura é usada. Noção que está nas mãos da forma dominante de pensar, que detém o poder político e mental».

«Dou um exemplo político, colhido numa recente viagem que fiz a São Paulo: lá, o pessoal comenta que só pessoas fora de si podem ter tido a coragem de votar em Jânio Quadros. A explicação que se dá é que os votantes estiveram momentaneamente «fora de si», e que agora «caíram em si» e se arrependeram».

A mercadologia do saber o leva ao interlocutor pelo convencimento ou pela imposição. Um «saber» imposto na marra, como no Chile, não significa que seja um saber mais razoável, significa apenas que é imposto.

Indústria da Loucura

JOÃO ANDERSON ALVES

«A loucura no Brasil é mantida pelas indústrias farmacêuticas e instituições de tratamentos convinentes com os fabricantes, pelo desamparo social e a desqualificação econômica e política», declarou o psicólogo Ileno Izidio da Costa, terapeuta familiar e pós-graduado na Universidade de Brasília. Ele afirmou ainda que a sociedade não assume os loucos que faz e delega poderes a psiquiatras que criam e enriquecem a indústria da loucura, receitando drogas caríssimas, que não resolvem o problema interno do paciente, além de torná-lo um dependente. É o que se pode chamar de «psiquiatrização dos conflitos sociais».

Devido à superlotação dos hospitais, há pacientes que chegam, são medicados e mandados embora para dar lugar a outros. Segundo Ileno, não se faz um prognóstico mais apurado de cada caso, os pacientes têm apenas seus problemas aliviados e não curados. O que se trata é loucura em si, e não o paciente. «A psiquiatria tradicional e o ranço da medicina autoritária que detém o poder, o saber e o controle sobre a loucura da qual o psiquiatra é o agente mantenedor».

Família

Para Ileno, a loucura tem uma história originada no seio da família, onde há sempre um indivíduo que é o depositário para a qual a loucura dos outros membros é canalizada. Esse indivíduo torna-se necessário para que a estrutura familiar seja mantida. «Melhor um louco do que toda a família. O mesmo acontece na sociedade como um todo». E quando esse louco torna-se insuportável e mandado para um hospício, onde é tratado à base de psicotrópicos, o que não resolve, porque, para interromper o processo no qual se dá a loucura é preciso entender a dinâmica familiar, sua história, seus mitos e segredos, afirma o psicólogo.

De acordo com Ileno, têm surgido terapias alternativas tais como a sensibilização, psicodrama, a biodança, etc., e se fala muito em tratamento com um grupo de profissionais (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, artistas, etc.), analisando um grupo de pacientes. Isso é importante, porque elimina o preconceito da ultra-especialização.

Uma questão de símbolo

LILIAN FONSECA

«Em nossa sociedade temos um grupo de especialistas, legitimados pelo Estado, cuja única função é determinar a capacidade mental das pessoas», afirmou José Jorge de Carvalho, professor de Antropologia da UnB. A definição de loucura, segundo Jorge, está relacionada às variáveis de comportamento admitidas em cada meio social.

Para os renascentistas, e isso não faz muito tempo, existia a liberdade de monologar pelas ruas de Roma; a mesma atitude adotada pelos filósofos do século XX, implicaria numa classificação arbitrária de estado de loucura. O homem considerado «normal» justifica seu medo em conviver com o louco devido às características de violência desse indivíduo. Mas, o professor Jorge lembra que é a falta de comunicação que repele essas partes.

A questão da loucura é tão complexa quanto a compreensão das comunidades. Na tribo dos Tales em Ghana, estudada pelo antropólogo inglês Mario Froters, verificou-se que o louco tem seu lugar na sociedade. São chamados excêntricos, extravagantes, porém nunca afastados do convívio com os homens. No Arquipelago Malaio (mar da China Meridional), um outro exemplo: a prática da mediunidade — saída do estado normal de comunicação e expressão — acontece em até cinco estágios, podendo atingir, inclusive, um grau de violência. Entretanto, não há discriminação.

Por outro lado, os ingleses definiram o louco como sendo agressivo e incapaz de realizar as tarefas sociais. Nos Estados Unidos, se aplicado o código de saúde mental utilizado na Dinamarca, poderia se concluir por 50 milhões de americanos esquisofrênicos.

Enfim, para o antropólogo Jorge de Carvalho, deve-se repensar a loucura. Rever o código de signos dessas pessoas que perturbam nossos símbolos. «O louco é aquele que não fez concessão à comunicação». Sem a preocupação de sermos absorvidos por uma nova linguagem e sem preconceitos, é hora de decifrar esse estranho código.

Dividir com todos

JOÃO PAGANINE

De acordo com Thales Weber Garcia, presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, a fuga às normas de comportamento do grande grupo, é um elemento importante na identificação do doente mental. Entretanto, o louco é uma pessoa apresentando graves transtornos psicológicos, com alterações que atrapalham seu relacionamento com o mundo e consigo própria. Essa situação causa grandes sofrimentos no doente e nas pessoas que o cercam, grande parte das internações de doentes mentais é forçada, não por uma necessidade médica, mas sim por uma situação familiar insustentável.

Os doentes mentais podem se beneficiar, recebendo assistência psicológica ou médica. Tanto um psicólogo, com boa formação em psicoterapia quanto um psiquiatra, podem prestar a assistência clínica. Entretanto, só o psiquiatra pode prescrever drogas e outros medicamentos. As formas de tratamento incluem o eletrochoque, que já foi praticamente abolido, mas ainda pode ser usado em certos casos, com menos consequências que as drogas. Essas pertencem a três famílias: os tranquilizantes, os antidepressivos e os neurolepticos, que são tranquilizantes mais potentes. Thales esclarece que qualquer doença que se relacione ao cérebro, pode causar a loucura, sob diversas formas. Mesmo no caso de indivíduos maniaco-depressivos ou esqui zofrênicos, encontram-se alterações orgânicas importantes, embora não se tenha, até hoje, provado existir uma origem orgânica para essas doenças. Perguntado sobre a avaliação dos psicólogos e psiquiatras em

falar sobre seu trabalho (para entrevistar um profissional de cada área, o Campus precisou procurar oito psicólogos e quatro psiquiatras). Thales apresenta a hipótese de que, por pertencerem a áreas científicas controversas e um tanto ou quanto subjetivas, psiquiatras e psicólogos evitam a exposição de pontos de vista que possam ser contestados.

Uma segunda hipótese é a de que, ao trabalhar com indivíduos alijados do grande grupo, os profissionais acabam também com a tendência de procurar o isolamento, atraindo o mínimo possível de publicidade para o papel do louco e das pessoas que cuidam dele.

LOUÇO



A pesar de ser uma cidade nova, Brasília já conta com um número significativo de imigrantes orientais. Essa influência é visível nos campos cultural, econômico e social. Já faz parte dos hábitos do brasiliense frequentar karaokês ou sentar no tatame de um restaurante japonês. Da mesma forma já é bem comum em Brasília pessoas participarem de lutas marciais ou até mesmo frequentarem templos budistas. E, é principalmente na agricultura que essa "invasão" se dá de forma mais acentuada. Pensando nisso, o Campus decidiu fazer uma "tourné" pelos templos orientais, academias de lutas marciais, consultórios médicos de acupuntura e do-in, restaurantes e plantações agrícolas de japoneses. Nesta reportagem, você vai saber como é essa cultura que está cada vez mais se misturando com a nossa.



Fotos de MARGARETE VITÓRIA e KÁTIA TURRA

No cinturão verde de Brasília, a presença oriental é marcante, em particular a japonesa. Seja pela diversidade ou pela qualidade das técnicas empregadas, o fato é que os japoneses tomaram o lugar dos brasileiros na região agrícola de Brasília. Hoje, eles são os responsáveis pela maior parte da produção de hortifrutigranjeiros que abastece o Distrito Federal.

Abastecendo Brasília

CID QUEIROZ

Quando construiu Brasília, Juscelino Kubitschek convidou um técnico japonês para viabilizar o cinturão verde da nova capital. O professor Saburo Onoyama chegou ao Brasil em 1954 e se instalou aqui logo no início da construção da cidade. Numa região pouco propícia, era difícil acreditar que Brasília pudesse se tornar auto-suficiente na produção de hortifrutigranjeiros.

Hoje, o setor de Hortifrutigranjeiros é explorado quase que exclusivamente por imigrantes japoneses ou seus descendentes. É uma atividade que requer muito trabalho, nem sempre com um retorno garantido.

A Chacara Onoyama, localizada quase no centro de Taguatinga, é uma das mais conhecidas em Brasília. Lá eles fazem melhoramento na qualidade das plantas e vendem suas mudas. São pés de frutas, plantas ornamentais, flores etc. O atual administrador da Chacara é Yoshiaki Onoyama, filho de Saburo que está doente, que trabalha com cerca de 20 funcionários — so um japonês, visto que esta mão-de-obra é bem mais cara.

O goiano Ilário de Padua tem um curso técnico em agricultura e trabalha com Yoshiaki como gerente da chácara. Para ele, existe uma razão fundamental para o sucesso dos japoneses nessa área: dedicação. "Eles têm um envolvimento tão profundo com o que estão fazendo, que acabam desenvolvendo técnicas incríveis".

Yoshiaki explica a forte presença de nisseis no setor pela quantidade de "conhecimentos gerais" que possuem. Para chegar ao nível de conhecimentos que possui, Yoshiaki leu centenas de livros, fez um

sem-número de experiências. Os "conhecimentos gerais", que ele diz ter, podem ser traduzidos como uma noção ampla e aprofundada de todas as variáveis envolvidas no processo em questão: água, solo, adubos, clima etc.

O sentido de vida

O japonês, conta Yoshiaki, procura imprimir no seu trabalho uma relação com o próprio sentido de sua vida: "enquanto aqui as pessoas, de um modo geral, encontram no trabalho uma forma de ganhar dinheiro, procuramos desenvolver o melhor potencial do nosso trabalho, até como forma de nos satisfazermos espiritualmente".

Na chácara Onoyama foram desenvolvidas espécies mais resistentes de abacate através de cruzamentos. Outra conquista foi a produção de goiabas gigantes, bastante divulgada pelos jornais da época.

Para alcançar um bom porte e resistência, as plantas recebem um tratamento especial. Ilário explica que o cuidado com a raiz e com as necessidades vitais da planta, como água e adubo, são as primeiras precauções. A técnica de se utilizar a estufa ajuda as plantas a se recuperarem e a ter um crescimento mais rápido.

A **aporquia** é uma técnica de se fazer mudas para quase todo tipo de planta. Ela consiste em se fazer um corte no galho mais grosso, envolvê-lo numa espécie de musgo e deixar crescer as ramificações, que são a raiz da nova planta. Foram mostradas duas espécies de enxerto: o hipoblioto e enxerto do galho da muda numa planta viva. Através dele, a muda adquire todas as resistências da planta usada; a borbula é o enxerto do "olhinho da muda" (são os ramos que vão nascendo), também numa planta qualquer de confirmada resistência às condições de região.

A harmonia entre corpo e mente

KÁTIA TURRA

Como ter uma vida mais longa? Muitos gostariam de ter a resposta para segui-la à risca. Para os chineses e japoneses, o ser humano pode ter saúde, uma vida mais longa através do Tai-Chi-Chuan e do Karatê, que mantêm o corpo em equilíbrio com a mente.

O Tai-Chi-Chuan surgiu com a cultura chinesa e segue a filosofia taoísta, uma religião que acredita na teoria do universo natural. São movimentos lentos e na China cada família tem seus exercícios próprios. Há um movimento oficial, praticado por grandes grupos, como nas fabricas.

O Tai-Chi-Chuan não é muito difundido no Brasil. Em Brasília, é praticado numa área vazia entre as superquadras 104 e 105 Norte, onde todas as manhãs um grupo de cerca de 20 pessoas segue os movimentos do professor Mao Shong Woo, um chinês que está há 25 anos no Brasil e não aparenta seus 54 anos de idade.

Para Woo, existe uma grande diferença entre ensinar Tai-Chi-Chuan para brasileiros e chineses: "Brasileiro não tem paciência, não tem concentração. Um exercício que um chinês aprenderia so de

uma vez, o brasileiro demora algumas semanas para entender".

Acredita-se que foi do Tai-Chi-Chuan que surgiu o Karatê, com o que concorda o mestre Takeo Suzuki, que também está no Brasil há 25 anos. Ele é mestre de Karatê-Dô no estilo Wadô, que não vê a força como o mais importante nesta arte marcial, mas sim sua filosofia. "É fácil encontrar alguém que seja faixa preta em Karatê, mas é difícil encontrar alguém que seja faixa preta na cabeça", diz Suzuki.

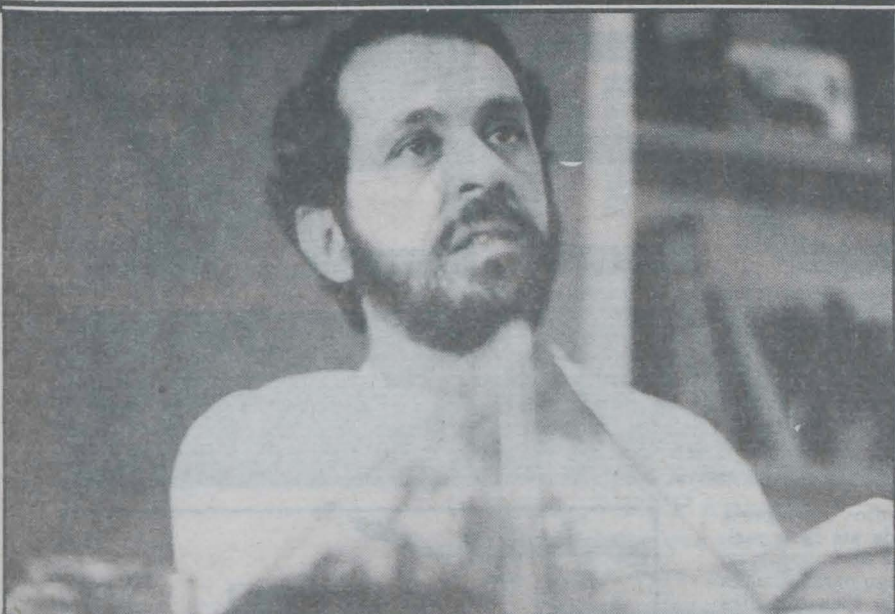
Seguindo a tradução ao pé da letra, Karatê quer dizer "mão vazia", ou seja, o não uso de arma. Suzuki acha que o Karatê que está na moda é deturpado como demonstração de força e meio violento de luta, cabendo a responsabilidade a alguns brasileiros que são professores de diversas academias espalhadas pelo País. "Para mim, meus alunos são minha identidade".

Morge Zen, naturalizado brasileiro, Takeo Suzuki gosta de repetir uma frase do criador do estilo Wadô, Hironori Otsuka, que acreditava ser o Karatê-Dô "vestido com uniforme de esporte, mas com conteúdo de Budô (metafilosofia Zen em artes marciais), uma filosofia que procura e busca a paz".

Tai-Chi-Chuan, uma técnica ainda não muito difundida no Brasil



BRASILIA
ORIEM



A pirâmide do consultório de Chico Agulha também é uma forma de reativar a energia vital

ACUPUNTURA

Uma medicina de elite

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

Ciência oriental descoberta há mais de quatro mil anos, a acupuntura foi trazida para o Brasil por imigrantes japoneses e chineses nos anos 50. Como técnica médica terapêutica, ela continua muito pouco conhecida. Tida como "medicina de elite" e também uma das mais perfeitas técnicas terapêuticas de estímulos dos sistemas orgânicos, a acupuntura é usada ainda dentro das normas orientais, com algumas sofisticadas como raios laser e agulhas de aço.

Usada, essencialmente, na cura de dores localizadas e como anestesia em algumas espécies de intervenções cirúrgicas, a acupuntura no Brasil vai demorar para se tornar popular. Além de ser um tratamento considerado caro e poucos médicos submeterem-se a fazer curso de especialização na China, o que custa, em média, US\$ 20 mil por ano, a acupuntura sofre uma barreira muito grande por parte dos laboratórios químicos multinacionais já que usa métodos quase naturais. Vem daí a falta de conhecimento da população.

Segundo o Dr. Francisco Moschila, o Chico Agulha "a hostilização feita por estes laboratórios, a ignorância do que é realmente a acupuntura, para que ela serve e seu alto custo de especialização, gera um desinteresse na classe médica."

A acupuntura surgiu no momento em que os orientais descobriram a energia vital.

uma energia existente no sangue que o leva a circular dentro do organismo e coordena seu funcionamento.

O tratamento é feito diretamente sobre a dor, através de pontos reflexos da pele, com o auxílio de agulhas, massagens e raios laser, sem que seja necessário usar qualquer tipo de analgésico.

Por que o Brasil não adota a acupuntura como medicina popular ao invés de ficar gastando US\$ 5 bilhões, por ano, na importação de analgésicos — por que não implantar a disciplina nos currículos universitários e por que a Previdência não a utiliza nos seus ambulatórios e hospitais? Para o Dr. Francisco, a resposta está mais do que clara: "O uso dos analgésicos, no Brasil, já se tornou um vício, o bloqueio dos laboratórios multinacionais, o fato da acupuntura não ser reconhecida como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina e o atrelamento das universidades às multinacionais, explicam o fato da acupuntura não poder se tornar uma medicina popular."

Nas universidades, o problema maior é a falta de interesse das reitorias. A UnB, através do atual reitor, tem-se mostrado propensa a criar um curso específico, "pois é favorável a esse tipo de alternativa terapêutica".

Acrescenta o Dr. Francisco que já existe um grupo formado atuando junto ao Ministério da Previdência no sentido de implantar a acupuntura em seus hospitais.

No lazer, várias opções

MARIA LÚCIA SIGMARINGA

Parece que, em relação ao lazer, não é o oriental que tenta impor a sua cultura ao brasileiro, mas sim o brasileiro que procura os restaurantes e Karakôkê do oriental em busca de novidades. Pelo menos, essa é a opinião de Mário Takeda, socio-gerente do Karakôkê Furusato, que funciona há mais de seis meses no Venâncio 3000. "Nos abrimos o Karakôkê, no início no Núcleo Bandeirante, pensando apenas em uma forma de diversão para nós mesmos, os japoneses, nisseis, sanseis e yonseis (filhos, netos e tetranetos de japoneses nascidos no Brasil) que vivem em Brasília. Acontece que os brasileiros começaram a frequentar o bar, o que fez com que tivéssemos que aumentar o espaço para atender à grande demanda".

Mário Takeda explicou ainda que o Karakôkê, que significa "orquestra vazia", foi trazido para o Brasil há mais ou menos oito anos, com a finalidade de incentivar os nisseis, sanseis e yonseis que vivem aqui a aprenderem a língua japonesa, já que, no início, só eram tocadas músicas neste idioma. Segundo ele, atualmente o Karakôkê já não é visto mais como um meio de divulgação cultural, pois já perdeu as características do Karakôkê japonês. "No Japão, acontecem Karakôkês principalmente em festas de casamento, e são feitos de uma maneira séria. O brasileiro não pensa assim. Ele quer farrear, brincar, se diver-

tir. Isso fez com que os japoneses se afastassem. O ambiente é outro".

Restaurantes

Mas, se entrarmos no restaurante Tókio, no Gilberto Salomão, no final de semana, teremos a impressão de que o brasileiro gosta deste ambiente oriental. Os lugares onde se come sentado no tatame são os mais procurados e não é raro vermos brasileiros comendo com pausinhos, os Rashi. Neiko Makiyama, esposa do gerente do restaurante, acha que essa procura dos brasileiros pela comida japonesa e chinesa tem dois motivos: "Os brasileiros estão começando a querer buscar coisas novas. Eles estão mais abertos para as novidades. De algum tempo para cá, eles têm frequentado diversos restaurantes, e não só japoneses e chineses, como também franceses, alemães etc. Além disso, o brasileiro gosta de comer bem e a comida oriental é muito saborosa e também bastante leve".

Neiko também pensa, assim como o gerente do Karakôkê, que os restaurantes japoneses, no início, foram abertos para atender à população japonesa que vive aqui, mas os brasileiros gostaram e começaram a frequentar. Essa não é, no entanto, a opinião de Hong Sau Wan, dona do restaurante chinês da 103 Sul. Para ela, os restaurantes estrangeiros são abertos no Brasil ou em qualquer parte, visando o lucro. "A pessoa vem para cá e tem que ganhar dinheiro. Se o ramo dela é esse, ela abre um restaurante".

Budismo: sem dogmas e tabus

ANA TERESA SERPA

Existem no mundo tantos budistas quanto cristãos. A igreja do DF tem praticamente a mesma idade de Brasília e conta com um número significativo de adeptos na cidade. Segundo o monge Murillo Nunes de Azevedo, do templo Hompa Hongwangi de Brasília, a procura, no Brasil, pela religião budista pode estar relacionada com a liberdade de pensamento.

No budismo não existem dogmas. Tudo aquilo que é dito pode ser analisado por cada um e aceito ou não. O brasileiro, diz o monge, é muito independente na sua maneira de pensar. Não existe tabus. Existem normas.

O budismo é uma religião que não se choca em absoluto com a ciência. Em certos aspectos, inclusive, ela a antecipou em muito com relação à existência do universo. Na verdade, explica o monge Murillo, "o budismo é mais uma maneira de viver, uma filosofia de vida".

Rituais

No templo Hompa Hongwangi existe um ritual semanal, celebrado aos domingos, que é a leitura do Livro da Fé Perfeita. É lido em japonês pela congregação e acompanhado pelos brasileiros, das 8:30 às 9 horas. A presença de brasileiros no templo é muito grande. No entanto, a razão de ser lido em japonês é devido ao efeito quase mágico da palavra antiga. De 9 às 10 horas tem a escola dominical, onde são apresentados os princípios do budismo.

São celebrados muitos rituais de casamento no templo. A cerimônia, com poucas luzes, música na surdina e muito in-

censo, dura aproximadamente 20 minutos. Não há burocracia, desde que se pague, e não é pouco, e já tenha realizado o casamento no civil. O monge faz todo o ritual de costas e só se vira na hora de dar a bênção final.

A congregação do templo também realiza ofícios fúnebres. O budismo está muito ligado à morte. O ritual de falecimento é a leitura de Sutas, que são escrituras em japonês arcaico da Idade Média, traduzidas, inclusive, para o português. São lidas com ritmo e entonação apropriada para dar o sentido exato das palavras e dos gestos.

A principal festa comemorada nos templos de tradição japonesa, como o Hompa Hongwangi da escola Jodô Shinshu, é o dia 8 de abril. Nesse dia é comemorado o Festival do Nascimento do Buda e faz-se a apresentação da criança ao templo.

Reencarnação

O budismo aceita a reencarnação da mesma maneira como nós aceitamos a noite e o dia e a lei do Karma, de causa e efeito, e

a sua explicação. "Portanto", diz o monge Murillo, "todo erro que cometemos, e a noção de erro é ir contra a lei natural, tem consequências. Se você vai contra a natureza, você erra". O budismo acredita na sucessão das experiências do indivíduo ao longo de uma série de vidas, que levará todos os seres à perfeição do protótipo de homem perfeito. "Viver, conclui, é um ajustamento com a lei universal".

Igreja Católica

Sem querer criticar a Igreja Católica, o monge Murillo acrescenta: "No cristianismo atual há uma tendência para a objetividade. A Igreja se tornou muito ligada a problemas sociais e econômicos, teoria da libertação. Durante mais de 2 mil anos ela se aliou ao poder e à riqueza, sem nunca ter se preocupado com esses problemas. Acho que a vida contemplativa, a vida de viver em Deus está sendo profundamente aliada. No budismo essa vida é intensificada pela meditação, pela vivência, pela experiência do dia a dia".



No ritual de domingo, o monge Murillo lê o Livro da Fé Perfeita e explica os princípios fundamentais do budismo

Nem religião nem seita

CLÁUDIA MOEMA

Johrei, Ikebana, Amatsu-Norito, Jissô. Estas palavras podem, a primeira vista, causar espanto a muitas pessoas e, no entanto, fazem parte do vocabulário diário de muitas outras. E não se trata de japoneses, como possa parecer, e sim de muitos brasileiros. Brasileiros, que procuram a Igreja Messiânica ou a Seicho-No-Iê, na maioria das vezes, para resolverem seus problemas particulares.

Num aspecto, as igrejas se assemelham — ambas se dizem espiritualistas. Outra semelhança é quanto ao surgimento e à recente origem dessas religiões. A religião messiânica foi fundada em 1931, por Meishu-Sema, que significa senhor da luz. Um japonês de nome Mokiti Okada, de origem muito simples, foi inspirado por Deus no sentido de que o mundo estava saindo de uma fase de noite e iria entrar num período do dia. A Seicho-No-Iê tem início em 1930, quando o mestre Masaharu Taniguchi, no Japão, recebe sua primeira revelação divina e começa a escrever uma revista cujo nome deu origem à religião — Seicho-No-Iê.

Por outro lado, cada qual existe de forma singular. Na Igreja Messiânica, a "purificação do espírito" se dá através do "johrei", que consiste na transmissão da energia através da mão. Diariamente, o "johrei" é realizado da seguinte forma: duas pessoas se sentam uma em frente à outra e, uma delas estende a palma da mão em direção à outra, para que ocorra a transmissão de ener-

gia. Acreditam os adeptos, que o johrei tem a capacidade de eliminar todas as maculas e toxinas da pessoa, além de erradicar os problemas. No momento em que esses problemas são eliminados, alcança-se o paraíso terrestre, neste mundo em que vivemos.

Outra curiosidade, é a apreciação do belo. Existe, internamente, um grande estímulo no contato com obras de arte. Outra atividade muito frequente, e também muito difundida no Japão, é a "ikebana", que significa dar vida à flor. Uma atividade minuciosa e tipicamente oriental, que consiste na criação de arranjos sem maltratar a flor.

Segundo o ministro-dirigente, Julio Barbieri Júnior, 99% dos membros e frequentadores da Igreja Messiânica são brasileiros. Existem 130 mil membros e 1 milhão de frequentadores em todo o Brasil. Em Brasília, a igreja existe há 14 anos e é integrada por 5.500 membros, sendo que, por mês, 15.000 pessoas frequentam as sete igrejas espalhadas por todo o Distrito Federal. O ministro explica que, apesar de ser brasileiro, dirige várias igrejas de origem japonesa, devido à própria filosofia do fundador Meishu-Sama: "Cada povo precisa ser salvo por gente do seu povo".

Na religião messiânica, o culto é composto por várias partes — a liturgia, na qual as pessoas depositam oferendas no altar que possui uma inscrição em japonês e que significa "Deus Supremo". Em seguida, são realizadas orações coletivas denominadas "Amatsu-Norito", ou seja, prece aos

ceus. Ocorre ainda a ministração coletiva do "johrei", a leitura do ensinamento e a palestra final do ministro.

Como toda religião, a messiânica possui datas comemorativas — 15 de junho, representando o dia em que Meishu-Sama recebeu a revelação (1931) e é chamado o Dia do Paraíso Terrestre; 2 de novembro, ou "Culto aos Antepassados"; e, 23 de dezembro, que foi o dia do aniversário do fundador.

A Seicho-No-Iê, como fazem questão de afirmar os adeptos, não é uma religião ou uma seita. Trata-se de uma filosofia de vida, uma supra-religião, tanto que, seus frequentadores já possuem uma determinada religião e não a abandonam.

Como ocorre na Igreja Messiânica, dificilmente se vê a presença de orientais no interior da Seicho-No-Iê. A grande maioria é de brasileiros, adeptos se reúnem para diversos tipos de cultos — culto aos antepassados, culto especial para famílias e cultos de purificação. Durante as cerimônias, existem oferendas de alimentos e a leitura da Sutra-Sagrada — que é um livro de ritos.

Segundo a preleitora Erminada Cantanhede — uma das ministradoras dos cultos — os adeptos realizam uma reverência ao "jissô", que significa tudo que é perfeito. Como uma forma de cumprimento ou de agradecimento, os adeptos se reverenciam uns aos outros. O mais típico dessa igreja é a única data comemorada — 31 de dezembro, quando ocorre a Purificação Geral "Ohorai".

Corrupção ou ação legítima? O poder do

SHIRLENE COSTA
GUILHERME EVELIN
HELOISA HELENA
E FABIO GUIMARÃES

A prática do lobby não é uma coisa recente. A sociedade sempre conviveu com pessoas que querem influenciar as decisões dos governantes. Mas o que é lobby na verdade? o **Campus** procurou saber o que é, quem faz, e como se faz, na tentativa de desvendar uma atividade tão pouco abordada pelos meios de comunicação. No Brasil, não há uma legislação que regulamente o lobby. No entanto, o tema merece maior discussão, já que a Constituinte vem aí, e é preciso saber o que há por detrás da máquina eleitoral.

A palavra "lobby" sempre esteve ligada à ideia de corrupção, dinheiro por baixo do pano e tráfico de influência. No entanto, o sentido inicial da palavra, em inglês, quer dizer vestibulo, sala de espera, hall de entrada. Com o passar do tempo é que ela adquiriu a conotação de atividade exercida para influenciar as decisões oficiais e dos congressistas. Isto porque os lobbistas eram senhores gordos e sinistros, que fumavam charutos e ficavam a rondar o hall de entrada do Congresso americano, na tentativa de manter deputados e senadores sob o seu controle.

Nos Estados Unidos, a prática do lobby é reconhecida desde 1876, quando foi aprovada uma resolução pelo Congresso recomendando o registro dos lobbistas junto à Câmara e ao Senado. No Brasil, ainda não há uma legislação específica, o único projeto que prevê a regulamentação da atividade foi feito pelo então senador Marco Maciel em 1984. O projeto não cita em uma só linha a palavra lobby, preferindo usar o termo **grupos de pressão**, devido à carga pejorativa que esta palavra adquiriu. Para o professor de Relações Públicas do Departamento de Comunicação da UnB, Serra e Gurgel, "no Brasil, há muito pouco lobby, o que existe, na verdade, são distorções e muita picaretagem, confunde-se lobby com corrupção".

O professor Serra define lobby como sendo a administração da pressão legítima, feita às claras, e que, preferencialmente, usa os meios de comunicação. Quanto ao projeto do senador Marco Maciel, ele o considera incompleto, porque não prevê a criação de uma comissão que investigue e acompanhe as ações exercidas por estes grupos e os possíveis abusos.

Acompanhamento

Apesar do lobby não ser estabelecido em lei, em Brasília existem várias empresas e escritórios de representação que fazem um trabalho de "acompanhamento". O maior destes escritórios é o da APS — Assessoria, Planejamento e Serviço, que funciona há seis anos e que tem como sócios o ex-chefe do gabinete do ministro Saíd Farah, Servulo Tavares; o ex-representante da Shell em Brasília, Alexandre Paes Santos; e o jornalista e colunista social, Gilberto Amaral.

Servulo Tavares admite que não há lobby no Brasil. "A nossa empresa é uma empresa de consultoria e acompanhamento. Sem nenhuma vergonha, dizemos que somos despachantes com gravata, às vezes de interesses estrangeiros, às vezes de interesses nacionais. Para ele, o importante nesta área de relações governamentais é manter um bom relacionamento com as pessoas influentes e com isto **abrir as portas**."

O trabalho de acompanhamento da empresa é feito através de reuniões com parlamentares, quando se tenta convencê-los a votar contra ou a favor de um determinado projeto. "Tudo é feito de modo, transparente como é o gosto da Nova República. É claro que de vez em quando você dá um perfume para uma secretária, mas isso é normal no mundo inteiro".

Fumo

A Companhia de Cigarros Souza Cruz é mais do que ela, toda a indústria de fumo, fazem um lobby poderoso na cidade. Toda vez que algum deputado apresenta projetos criando dificuldades ao cigarro, pedindo que na carteira seja escrito, como é feito nos Estados Unidos, "este produto provoca câncer", ou pedindo que diminua a propaganda dos cigarros, nos veículos de comunicação de massa, este lobby se mobiliza. Para Valdir Bering, gerente de marketing

da Souza Cruz, os argumentos da empresa são fortes: "O cigarro pode até fazer mal, mas é o maior contribuinte de impostos do Governo Federal, dá emprego para milhares de pessoas nas fábricas do País e realiza trabalhos institucionais. Além do que, se o produto for rotulado, pelo Código Penal Brasileiro ele terá que sair de circulação, eliminando todas as vantagens".

A respeito do projeto do senador Marco Maciel, Bering o considera falho. "É uma cópia da legislação americana. As empresas não precisam discriminar os seus gastos, já que elas declaram o Imposto de Renda".

Nova República

Os lobbistas acreditam que com a mudança do Governo ficou mais fácil fazer pressão. "Antigamente, se você não tivesse uma ou duas estrelinhas, você não conseguia nada. Coronel reformado foi uma praga no País. Hoje, te atendem com mais dignidade", diz Servulo Tavares. Outro que confirma os abusos da Velha República é o jornalista Carlos Chagas, diretor da sucursal de **O Estado de S. Paulo** em Brasília. "Existem coisas terríveis nesta cidade. A mansão do Banco Comind era fantástica. Para lá iam generais, coroneis, o pessoal do Gabinete Militar e do SNI do tempo do Figueiredo, reunidos em churrascos com champanhe francês, para jogar pólo, saltar a cavalo e ficarem por lá nas mordomias. De vez em quando, pegavam um avião especial e iam jogar pólo no Uruguai e na Argentina, tudo às custas do Banco. Assim, conseguiam facilidades para que o banco se mantivesse, não falindo naquele momento".

Chagas acrescenta: "Tem uma outra companhia, que não posso citar o nome porque ela ainda está aí, que descobriu que alguns auxiliares do Figueiredo gostavam de um esporte que é proibido no País, briga de cachorro. Colocavam-se cachorros bravíssimos para brigar, até um matar o outro. Esta companhia chegou a importar cachorros da Inglaterra, para os espectadores assistirem, gostarem, e em troca facilitarem um papelzinho assinado, uma audiência... Mas isso não é o lobby institucionalizado".

Constituinte

Quanto ao lobby e a Constituinte, é incalculável o que vai acontecer. Vale tudo. "As multinacionais estão se organizando para apoiar e financiar a eleição de parlamentares que vão defender seus interesses, que não têm nacionalismo e que não vão impor limitações à remessa de lucros. As empresas nacionais, dependendo do ramo de cada uma, também terão seus representantes, aqueles que acham que o capital nacional é mais importante. Há uma gama variadíssima de interesses". Já quanto a uma legislação específica para coibir os excessos, Chagas acredita que seja fundamental. "O País está todo arrebatado em termos de legislação, cabendo ao Congresso fazer um escalonamento do que é prioritário. A legislação é um caminho, mas a educação e participação da sociedade no processo político são mais importantes. Na medida em que o eleitorado está mais instruído, ele passa a optar por candidatos menos corruptos e demagogos. É difícil corrigir as distorções do lobby, pois teríamos que corrigir primeiro as distorções do País. O Brasil ainda está em ebulição, em desenvolvimento, é pobre, cheio de miséria, fome, desemprego. Tudo forma um conjunto. É com educação e tempo que se aprimora uma sociedade. A mudança tem que ser permanente e ampla. Já está iniciado o processo, que vai levar séculos até se aprimorar, até ter um Congresso perfeito, uma sociedade perfeita, eleitores perfeitos, mil anos talvez..." Concluiu Carlos Chagas.

LOBBY



O projeto de Marco Maciel

Sendo Brasília a cidade onde o poder instalado e onde todas as decisões de alta importância são tomadas, já não era sem tempo que se criasse alguma legislação para manter sob controle as atividades destinadas a influenciar o processo legislativo. Aceito por uns e criticado por outros, o projeto do senador e atual Ministro Marco Maciel, é o único que prevê a regulamentação do lobby no Brasil tendo passado pelas mãos do relator, deputado Francisco Dias, e estando, agora, na fila para ser votado no Congresso.

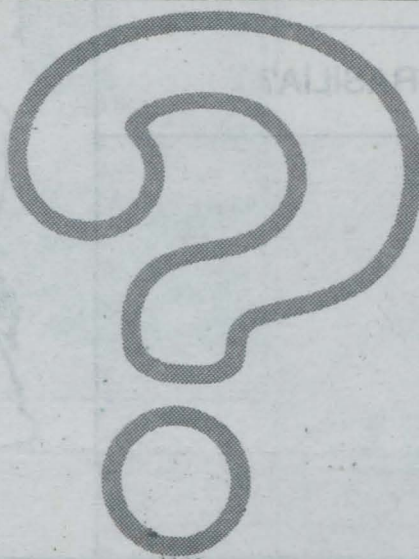
O projeto estabelece o registro e credenciamento de pessoas físicas e jurídicas junto às Mesas diretoras da Câmara e do Senado. As pessoas ou empresas terão um prazo de seis meses, a cada ano, para declarar os gastos relativos à sua atuação junto às Casas do Congresso. As pessoas jurídicas, ou de associações ou escritórios de serviços terão que fornecer os dados sobre sua estrutura, no que diz respeito ao capital e número de empregados. O projeto prevê também que, a emissão de declarações ou abusos cometidos pelos grupos de pressão serão punidos com advertência ou mesmo com cassação dos registros.



Adriano Valle

PROÁLCOOL

Enquanto lá fora os preços do petróleo caem, em função de uma briga de mercado entre a OPEP e países produtores, como a Inglaterra, aqui no Brasil, discute-se a continuação do Programa Nacional do Alcool — PROALCOOL. Quem menos entende tudo isso é o consumidor, que continua



comprando gasolina pelo mesmo preço de antes, independente da queda dos preços, e ainda teme pela perda do preço subsidiado do álcool. O Campus procurou técnicos ligados ao programa do álcool para obter suas opiniões, e também o proprietário do carro a álcool.

Eles discutem, nós pagamos

FERNANDO DE FREITAS

Fiado só quando o preço da gasolina baixar. Esta frase, tão apropriada para um aviso de parede de botequim, mostra como o preço dos derivados do petróleo participa ativamente das aspirações e delusões da população brasileira.

Mas com a queda dos preços internacionais para níveis equivalentes aos praticados em 1974, o consumidor nacional volta a ter esperanças de conseguir diminuir seu gasto com combustíveis, com reflexos no transporte, nas indústrias e até no comércio.

As posições dos políticos neste momento são contraditórias. O presidente Sarney e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, assumem o compromisso de reduzir os preços dos derivados a médio prazo, desde que o mercado internacional permaneça em baixa. Já o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, admite a redução a curto prazo e mais otimismo ainda demonstra seu secretário de Assuntos Econômicos, Luis Gonzaga Beluzo, que garante o Governo baixa os preços até o final deste mês, com exceção da gasolina. Neste caso, o cartaz do botequim continua a valer, mesmo com o Plano Cruzado e sem o fantasma da inflação.

Infelizmente, para o consumidor a situação não é tão simples assim. Hoje vemos nos jornais que o preço do barril está custando 9 dólares F. O. B., ou seja, sem incluir os 2,5 ou 3 dólares gastos com o transporte, e a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) agita o mercado afirmando que os preços podem chegar até a míseros 5 dólares. Mas não há motivo para euforia. Na explicação do assessor de Imprensa do Ministério das Minas e Energia, Paterson Pereira a queda das cotações internacionais deve-se à prática de "dumping" por parte da OPEP. "Esta baixa é meramente política, o dumping é feito por quem controla a produção ou o abastecimento de um produto, visando vender a preços irreais para aniquilar seus concorrentes menores e inviabilizando os investimentos em fontes alternativas, como é o caso do Proálcool".

Paterson explica que não devemos entrar no consumismo pelo preço baixo, porque assim como ele baixou artificialmente, poderá voltar a subir. É bom lembrar que o Brasil não importa mais que 10% do petróleo comprado no chamado "mercado spot", que pratica preços mais baixos, porém instáveis e com pagamento à vista em moeda forte, leia-se, dólar. Porém 65% das nossas importações no setor são feitas através de "Countertrades", que são acordos comerciais entre Países, a médio prazo, explicando assim ainda estarmos pagando cerca de 20 dólares por barril. Daí a afirmação de Aureliano Chaves de que só podemos baixar internamente o preço dos derivados a médio prazo, quando novos contratos forem assinados.

CLAUTENIS DELENE
JORGE MAYA

Respirem aliviados os senhores proprietários de carros a álcool: o Proálcool não irá acabar. Esta é a frase que muitas pessoas gostariam de ouvir hoje. E foi justamente o que disse ao Campus o secretário executivo interino da Comissão Executiva Nacional do Alcool — CENAL, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio, Pedro Luciano Penna Rocha Oliveira: "Os proprietários de carro a álcool podem ficar despreocupados, pois a orientação do Governo é de que continue o Proálcool e os benefícios a esses usuários".

A continuação do programa do álcool e a manutenção do preço atual preocupa os consumidores: "Só é vantagem possuir um carro a álcool se for novo, pois com o desenvolvimento da tecnologia, os novos carros já estão se equivalendo, em termos de consumo, aos a gasolina. Agora, se acabar o subsídio não compro outro, pois comprei o meu única e exclusivamente pelo preço favorável do combustível", afirma Carlos Augusto, proprietário de um carro a álcool, modelo 79.

Devido à atual conjuntura dos preços do petróleo no mercado externo, várias têm sido as discussões sobre os rumos do Proálcool tendo sido convocada uma Comissão Interministerial, criada em outubro do ano passado, para uma reavaliação de seu Relatório Final sobre o Programa.

Subsídio

A questão que mais se levanta é a do subsídio do Governo ao Programa e o "déficit que acarreta ao Erário. Para Pedro Luciano, "tem-se que ter na cabeça que o Proálcool é estratégico, e como tal não se pode cobrar dele nenhuma rentabilidade; "mas o que cidadão comum questiona é como um subsídio, que tende a ser inflacionário, pode continuar, com as medidas econômicas de estabilização adotadas pelo Governo. Por que se mantém um preço artificial para o álcool, e ainda se anuncia aumento da produtividade das usinas, e não se aproveita o momento atual de baixa do preço do petróleo, deixando o Proálcool um pouco de lado? Pedro Luciano explica que "o Proálcool é um programa que não pode flutuar de acordo com as baixas e altas do preço do petróleo, pois ele possui efeitos associados decorrentes de ser a produção de álcool executada com uso de fatores internos, gerando empregos e vários outros benefícios sociais".

Se de um lado, os proprietários de carro a álcool estão preocupados com o preço do combustível, os técnicos e pessoas envolvidas no Programa preocupam-se com a manutenção

do Proálcool: "Se o barril de petróleo chegar ao preço de um dólar, a melhor coisa a fazer é comprar bastante e guardar como reserva estratégica. Mas acabar com o programa do álcool não. A afirmação é de um técnico da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, que não quis se identificar. Segundo ele, o lucro que o Proálcool proporcionou foi muito grande, não só do ponto de vista financeiro como também do tecnológico: "O Governo brasileiro não tinha condições de acompanhar o desenvolvimento tecnológico da indústria automobilística brasileira, principalmente porque não havia nenhum. Os motores eram somente fabricados aqui e as indústrias não tinham nem bancada de testes. Hoje nossos técnicos desenvolvem motores ao mesmo nível dos outros países".

Segurança Nacional

Alem da questão tecnológica, outro argumento que os envolvidos no programa do álcool utilizam é a questão da Segurança Nacional. Em declaração à imprensa, o ex-ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão afirmou certa vez: "O Proálcool é uma questão de Segurança Nacional, e é isso que o Governo tem que ter em mente".

"Temos um programa que está funcionando e com um bom desempenho. Existem três países no mundo com programas alternativos de energia: Israel, com a energia solar; a Holanda, com a energia dos ventos e o Brasil com o álcool. Mas, de todos eles, o único com implantação efetiva

NATHÁLIA KNEIPP



Alcool: o que esperar dessa bomba?

é o programa brasileiro" afirma o professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UnB, João Nildo. Ele foi o responsável pela implantação, na região Centro-Oeste, do programa de conversão de motores a gasolina para álcool.

"A independência energética não é o único ponto favorável do programa. O motor a álcool foi todo desenvolvido aqui no Brasil, inclusive os materiais. O Centro Tecnológico Aeroespacial — CTA, em São José dos Campos, está desenvolvendo um motor totalmente brasileiro para utilização em ônibus

caminhões ou tratores. O mais importante é que o CTA não está desenvolvendo um protótipo, mas todos os meios necessários à produção em escala", dizem os técnicos da STI.

Um outro aspecto a ser levado em consideração é a questão das divisas. O professor João Nildo define bem essa questão: "O Brasil sabe fazer álcool, e produz até 15 milhões de litros por ano. Dólares a gente não sabe fazer ainda, e mesmo que fizesse não seria aceito". Alguns mais afoitos em relação ao fim do programa energético do álcool pensaram na reconversão dos motores para gasolina, utilizando uma gasolina de maior octanagem, como a verde. O problema é que o custo de produção é muito maior do que a do álcool. E mesmo assim, ainda se teria de fazer alterações no motor. Para o professor João Nildo, "a reconversão de motores a álcool para gasolina ainda não foi estudada, mas em tese sairia mais barata do que a conversão".

Os senhores candidatos a proprietários de veículos zero quilômetro devem ainda levar em conta, na decisão pelo modelo a álcool ou a gasolina, que no licenciamento do veículo os carros a álcool continuam oferecendo vantagens e, como nos explicou um vendedor da concessionária Volkswagen Disbrave, a fila de espera por um Gol a álcool é de 40 a 60 dias, enquanto no carro a gasolina este tempo pode ser de até 180 dias. Ao que parece, pelo menos as fábricas continuam acreditando no álcool.

Com um cabedal de erros médicos, Brasília transformou-se na "Capital da Desesperança", sendo motivo para manchete de primeira página no Jornal Brasil e de reportagem na revista Veja, ambas no último mês. O que está acontecendo com a medicina candanga? Será imperícia, descaso, falta de equipamento, baixos salários? A presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Maria José Conceição, defendeu seus colegas e apontou as causas que, "se não justificam, ao menos explicam" tantos erros. Segundo ela, o governador José Aparecido criará muitas comissões mas não resolverá nada.

O QUE ESTÁ

ACONTECENDO COM A

MEDICINA EM BRASÍLIA?

SANDRA MACHADO



Metendo os pés pelas mãos

CAMPUS — São incontáveis as denúncias contra os hospitais e médicos do Distrito Federal, como a morte de dez crianças no berçário do Hospital Regional de Taguatinga, por infecção causada pela proliferação de moscas atraídas por uma grande quantidade

de esterco de galinha usado para adubar os jardins da instituição e, na mesma, um médico foi acusado de operar a perna errada de uma paciente que estava com fratura óssea. Como você explica estas denúncias?

MARIA JOSÉ — Os casos citados não são tão isolados assim como se pensa. Desde 1979, quando foi implantado o Programa de Saúde do DF, pelo então secretário Jofran Frejat, as entidades da área vêm identificando e denunciando sistematicamente uma série de problemas que estão acontecendo com relação ao atendimento da população. Podemos analisar da seguinte forma. O Programa foi implantado com a criação de Centros de Saúde na periferia. Estes centros seriam equipados para exercer o que chamamos de medicina primária, ou seja, a prevenção da doença junto a um trabalho, com a população, de educação, saneamento básico e o tratamento de doenças que podem ser controladas em conjunto, como a diabetes, hipertensão, assistência materno-infantil etc. Essas seriam as funções destes centros que, nos casos que necessitassem de tratamento mais complexo, se encarregariam de encaminhá-los para hospitais secundários, que também estão na periferia. Se nestes hospitais não houvesse condições de tratá-los, eles deveriam chegar ao hospital terciário, que seria o HDB. Bom, aí você teria uma hierarquização do sistema, que seria o atendimento primário, secundário e o terciário. Com a integração deles, o doente teria uma porta de entrada, podendo ascender dentro deste sistema, até o estágio mais complexo. Além disso, teríamos uma outra integração com os sistemas da Previdência Social, que

Brasília precisa ter representação política para não acontecer o que estamos vendo. O governador manda e desmanda. É um rei. Um despota. Estamos muito mal.

seriam os hospitais das Forças Armadas (Naval, HFA), Hospital Presidente Médici, etc. Desde aquela época, já se notava que os hospitais da Fundação eram insuficientes para a demanda de pacientes que procuravam assistência. E, se nós projetássemos para o futuro, ficava evidente que a população crescería e os hospitais não comportariam, teriam que crescer também.

CAMPUS — E o que aconteceu com esse Programa?

MARIA JOSÉ — Primeiro, os postos de saúde foram completamente deturpados. Eles, hoje, são o que chamamos de «ambulatório avançado» de hospitais. Ou seja, eles funcionam idênticos a ambulatórios, sem serem equipados para isso. Se o paciente precisar tirar um Raios-X, terá que ser enviado para o hospital secundário, que já está sobrecarregado e não vai poder atendê-lo. Cria-se, então, uma situação de total falta de integração, com as pessoas sendo atendidas por dois médicos, de dois hospitais diferentes, mal atendidos, ou, como já falei, nem são atendidos.

CAMPUS — O governador José Aparecido, em entrevista à imprensa, disse que tem «crises de taquicardia», cada vez que algum erro médico é divulgado em Brasília...

MARIA JOSÉ — Taquicardia temos nós, médicos e profissionais da área de saúde, cada vez que entramos num centro cirúrgico e não contamos com aparelhagem condizente com a cirurgia que vamos fazer. Taquicardia temos nós cada vez que chegamos nos hospitais e filas e mais filas de pacientes, alguns em estado gravíssimo, nos aguardam. Existem centros cirúrgicos que não possuem

nem aparelhos de Raios-X, quem dirá o resto da aparelhagem. O caso do HRT, onde o cirurgião operou a perna errada da paciente, mostra bem o que estou falando. Se você for verificar os motivos que o levaram a fazer isso, aparecerão aberrações que nunca deveriam acontecer: ele entrou sozinho na sala de operação, quando deveria estar com um assistente (fora enfermeiros, anestesistas, etc.); não havia nenhum Raios-X para que ele pudesse verificar; ele já estava cansado da maratona que é obrigado a fazer, como todos os médicos da Fundação Hospitalar, tendo que encarar filas de doentes, a maioria exigindo cuidados imediatos, sendo que não é possível atender nem a metade... já houve diversos casos de médicos que apanharam de pacientes e, não sei se você se lembra, do assassinato de dois médicos há tempos atrás. Por quê? Porque eles têm que escolher, numa fila que parece não ter fim, os casos mais graves. É lógico que quem está na frente, e também acha seu estado grave, não aceita ter que esperar mais. Aí começa a briga... na hora que estas pessoas são atendidas, já existe um péssimo clima no ar. O médico é um ser humano como qualquer outro. É profissional e precisa de condições dignas de trabalho. Senão, acontece o que estamos presenciando: pacientes entram em centros cirúrgicos, após meses de espera, já anestesiados, e temos que retirá-los pois não tem condições de se operar do jeito que encontramos as salas.

CAMPUS — O que o Sindicato dos Médicos do DF está fazendo para mudar esta situação caótica?

Além da total falta de estrutura, a medicina em Brasília sente falta de sua tradicional ética. No dia que o cirurgião Paulo Oliveira entrou no centro cirúrgico para operar a perna de uma paciente, quem deveria ter entrado em seu lugar era o ortopedista Milton Escudeiro que, além de não ter comparecido ao compromisso, não atendeu ao chamado dos alto-falantes do hospital. O médico que havia entrado para substituí-lo estava precisando de orientação e a paciente era sua. Segundo Telma Pilomia, angiologista que estava de plantão na hora da ocorrência, Milton Escudeiro ouviu o chamado mas não quis ir. "Não gosto de ficar me matando pela Fundação", disse Escudeiro.

A irresponsabilidade de Escudeiro está custando um processo e a desmoralização do outro cirurgião. "Vou ao CRM depor a favor do Paulo, que não tem nada a ver com isso", disse Telma Pilomia. Para ela, são médicos como Escudeiro que acabam com a ética e a idoneidade da medicina brasileira. "Eles costumam chamar os pacientes mais pobres de jacarés", afirmou ela, referindo-se ao que acontece nos hospitais da periferia da cidade. "Jacarés" ou não, todos são seres vivos e merecem um tratamento "humano"...

MARIA JOSÉ — Quando nós fomos ao Palácio do Buriti (várias vezes) apresentar nossas reivindicações, o Governador falou que estava criando uma «comissão de alto nível», cujo presidente é o antigo Secretário de Saúde, deputado Mosconi, que me parece já saber de todos os problemas que estão aí. Então não seria preciso criar essa tal comissão, precisaria, sim, de se tomar providências de ordem prática, que é o que a população tem direito. Nós queremos que os hospitais da periferia sejam ampliados, reformulados e que coloquem material técnico e humano lá dentro. Lá não existem oftalmologistas, neurologistas, neurocirurgiões, não tem nada disto na periferia... a população de lá, se quiser, tem que pegar uma condução e correr para cá (Plano Piloto) no caso de um acidente. A Ceilândia é um exemplo para isso. Gradativamente, estão diminuindo os especialistas que atendem na periferia. É mais importante, para o Governador, construir um hospital aqui, no Plano, como o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), que é totalmente desnecessário. Antes ele aumentasse o Hospital de Planaltina que é para uma população de 35 mil pessoas e a cidade tem 75 mil.

CAMPUS — Você acha que a posição do GDF vai continuar a mesma até o final desta gestão?

MARIA JOSÉ — Dentro de uma análise pessoal, diria que nada vai ser modificado. Vai ser muito discurso, muita comissão criada, muito grupo de trabalho, mas nada será resolvido. A posição do senhor José Aparecido ficou clara desde o dia que pisou no Palácio.



MARCELO FEIJO

MIGRANTES

Para onde vão os que vêm se "aventurar"

ANA PAULA PADRÃO
CACILDA BENEVIDES

Brasília é uma das cidades que mais recebe migrantes no país. A cidade-satélite da Ceilândia é a que mais cresce no Brasil e já se fala em uma indústria de invasões. A verdadeira causa disto e a existência de 60 milhões de brasileiros em estado de pobreza absoluta, e o grau desta miséria pode ser percebido na média de 60 casos que o Centro de Triagem da Estação Rodoviária, (pertencente ao Centro de Desenvolvimento Social de Brasília), atende diariamente.

Das quase duas mil pessoas que passam mensalmente pelo Centro de Triagem, apenas 55, em março, foram consideradas migrantes. O critério adotado considera como população local qualquer pessoa com mais de três meses de permanência na cidade, o que é questionável pelo fato de o DF apresentar a característica singular de ser basicamente formado por movimentos migratórios, voluntários ou não.

Migrantes: o maior problema

Todos os tipos de problemas chegam diariamente ao órgão. Desde pessoas passando fome, até quem veio para o Plano Piloto e não tem como voltar para as satélites. Com o problema da falta de verbas, e tentando não assumir uma atitude paternalista, o Centro mantém um controle, cadastrando quem passa por lá. As assistentes sociais fazem o que podem: a verba, vinda do GDF, é dividida entre a compra de remédios (sempre em falta na Central de Medicamentos), o pagamento de pratos-feitos, ajuda para a aquisição de documentos, passes e passagens interestaduais. Os casos são estudados um a um: tanto passes quanto passagens não são entregues em mãos. As pessoas recebem uma ficha e são embarcadas por funcionários do CDS.

A orientação é sempre aconselhar os migrantes a voltarem para o seu lugar de origem, e não seguir para o Sul. A expressão utilizada pelas assistentes sociais é "aventurar". Elas costumam negar passagens neste caso, já que as chances destes migrantes são mínimas. Para os que insistem em ficar, ou vêm para tratamento médico, existem os albergues. Um no Núcleo Bandeirante e outro em Sobradinho. O prazo máximo de permanência para pessoas em trânsito é de uma semana, mas a rotina é de dilatação deste prazo.

O fato de existirem pessoas como Maria de Jesus, doméstica que perdeu o emprego depois de ter tido um filho, e que estava com a criança doente há seis dias no albergue, sem atendimento médico, mostra as falhas nesta estrutura. Mesmo com a boa vontade das

assistentes, Maria Josefina Tolentino, diretora do CDS de Brasília, garante que todos os casos que chegam ao Centro são atendidos. Mas Maria de Jesus não tem passes para levar a filha ao Centro Médico de Taguatinga. Segundo Maria Josefina, uma passagem do albergue a Taguatinga é mais cara que uma passagem para o Posto de Saúde do Núcleo Bandeirante. Ela poderia ter transferido a ficha da criança para lá e não o fez. Se tivesse agido desta forma, Maria de Jesus ainda estaria sem assistência para sua filha — a transferência de fichas de um Posto de Saúde para outro leva uma semana: tempo em que Maria tem que deixar o albergue. Josefina afirma ainda que não há falta de pessoal no CDS de Brasília, mas fica difícil acreditar quando se sabe que a própria diretora do Centro de Triagem desocupou o cargo que, por ser eminentemente político, ainda não foi preenchido. E quem responde pelo Centro é uma das assistentes, eleita pelos próprios funcionários.

Em ano de eleição vale tudo. Até utilizar, mais do que nunca, o Centro de Triagem como solução para quem vai ao Planalto ou ao Congresso em busca de ajuda. Diante de um telefonema do Palácio fica difícil ser correto na distribuição das verbas, sempre insuficientes. Mas quem trabalha em contato com a miséria todos os dias, acaba tomando coragem para ir contra este tipo de pressão.

Contradições

O secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, no cargo há dois meses e vindo da Secretaria de Finanças, diz que pretende moralizar este estado de coisas. Parece, no entanto, que ele ainda não achou o compasso certo. Enquanto todos morrem de medo de prestar qualquer tipo de declaração, ele afirma que sua "administração é transparente" e "ninguém pode sonegar informações no serviço público". Considera-se um secretário de campo e não de gabinete, mas foge a todas as perguntas específicas sobre o Centro de Triagem e, ao que consta, nunca foi aos albergues. Ele considera ser absolutamente necessária uma política de migração séria para o DF, mas a sua própria política de assistência é bizarra. Uma criança orfã mandada diretamente ao seu gabinete, foi parar em sua casa, numa política pessoal de assistência ao menor carente. O secretário admite a falta de verbas e está pleiteando a sua triplicação. Já Josefina, ao sair de uma reunião com ele, afirmava contraditoriamente que a falta de verbas é um problema que atinge todos os setores, não afetando drasticamente o atendimento no CDS.

Adolfo Lopes diz que a reformulação da política de migração no DF exige um estudo mais profundo em várias áreas do GDF, o que pode levar um bom tempo. Já para Josefina, apesar das falhas, o CDS funciona satisfatoriamente. A atual chefe do Centro de Triagem da Rodoviária, designada oficialmente para o cargo, espera uma diretriz mais coerente, ao tempo em que dribla os constantes telefonemas vindos de deputados e senadores. Enquanto o Ministério do Interior não retoma a política de migração nacional, as invasões, invariavelmente formadas por migrantes, continuam se multiplicando e cercando o Plano Piloto.

Bares fechados, funcionários demitidos e frequentadores indo embora. Este é o saldo da operação realizada pela polícia no último mês na 115/116 Norte.

As autoridades querem calar os batuques, esvaziar as calçadas. Aos frequentadores resta um consolo: a polícia age por fases. Hoje aqui, amanhã ali, assim resta sempre um espaço livre. Até quando?

Silêncio! A polícia não quer batucada

GREICE ANGELOTTI NEVES
MARLUCE BRAUNA

O domingo ensolarado de nove de março parecia tão normal quanto os outros. Aproximadamente duas mil pessoas se aglomeravam na comercial da 115 Norte, na altura do bar "Caranguejo", quando, de repente, um considerável arsenal bélico e humano invade o espaço até então reservado à batucada, à capoeira, às gatinhas e gatos, e, lógico à cerveja.

Os ocupantes das 20 viaturas das Polícias Civil e Militar, DETRAN, DLFO-SVO, chegam à mesa dos fregueses dos bares e solicitam a apresentação dos documentos, como nos idos e nada saudosos tempos do Beirute. Após a vitória da documentação — e a essas alturas não mais havia batucada, ou capoeira, ou paquera — um fiscal da Secretaria de Saúde do DF ordena que o estabelecimento "Nosso Bar" seja fechado, considerando que havia caranguejos vivos na cozinha e isso não era permitido. As pessoas que por ventura estivessem se deliciando com os petiscos do mar, teriam nada mais que 30 minutos para acabar de comê-los. Com a multidão dispersada e os bares fechados, a única solução era voltar pra casa e esperar o domingo seguinte.

O domingo, 16 de março, chega e mais uma vez a cena se repete. Além da presença da fiscalização da Secretaria de Saúde e de Finanças, estava também a de Viação e Obras. E novamente se arranjou um motivo para acabar com a diversão da moçada. Dessa vez eram os toldos usados pelos bares que, segundo o fiscal da Secretaria de Viação e Obras, eram proibidos. Com os bares fechados no domingo, cai em 30% o movimento durante a semana.

Depois de toda essa confusão, surge o problema das demissões. Como os bares perdem consideravelmente a frequência, não é mais necessária tanta mão-de-obra e, assim, os funcionários são dispensados. Para os donos dos principais bares da 115 Norte, os maiores prejudicados são os empregados. Segundo Carlos dos Santos, proprietário do "Nosso Bar", o estabelecimento "é só um bico". Ele, assim como os donos do bar vizinho, são graduados em nível superior e atuam em suas áreas específicas, tendo o bar como opção.

Para as autoridades policiais da 2ª DP, a reclamação partiu dos próprios moradores, mas não sabem como foi feita a denúncia. Alguns dizem que foi feita por uma comissão de moradores diretamente ao Governador do DF. Outros, que um morador da quadra vizinha, militar de alta posição na Secretaria de Segurança, teria levado o problema a termos oficiais. A verdade é que os batuques e gritarias na 115 tiveram um fim.

Na tentativa de evitar que acontecimentos desagradáveis se repetissem, foi feita uma reunião entre alguns representantes dos bares da quadra e o secretário

de Segurança. Nessa reunião, ficou estabelecido que apenas quatro viaturas policiais permaneceriam no local, observando a movimentação. Conforme o delegado, muita gente não ficou satisfeita, mas a atitude da polícia teve embasamento legal: as medidas adotadas estão previstas na Lei de Contravenções Penais, no artigo 42, onde se diz que a perturbação ao sossego alheio com gritaria ou algazarra ou abuso de instrumentos sonoros, deve ser punida.

Com a intervenção da polícia, surgiram várias reclamações por parte dos jovens, que alegavam falta de liberdade na Nova República, além dos comerciantes, que foram prejudicados com a queda de frequência. De acordo com Carlos dos Santos, o movimento caiu em 70%, porém começa a se estabilizar novamente. Mas, o que se observa é que os botecos que viviam da "sobra" dos fregueses dos dois maiores bares, "Caranguejo" e "Nosso Bar", não abrem as portas com tanta frequência e já se vê em um deles a placa anunciando: "Vende-se este ponto".

Vizinhança pede sossego

ADELIA BARROSO

Imagine você trabalhar em casa à noite, ou cuidar de um bebê com dor de barriga em plena sexta-feira, quando os bares estão em festa e seu bloco é a um passo da comercial. Agora, imagine-se na maior alegria, cervejas, amigos, música e de repente ser interrompido por policiais que, além da constrangedora revista, fecham justamente o lugar de que você estava gostando. O problema entre moradores próximos a bares e frequentadores é antigo e parece não ter solução.

"Nunca chamei a polícia, mas foi um alívio quando o barulho acabou", confidencia Lúcia Vieira, moradora na 115 Norte. "Quando o 'Caranguejo' começou a ter batucada dia e noite foi difícil resistir à tentação de telefonar para a polícia, quem ligou certamente tem filho pequeno, porque o sono das crianças estava sendo perturbado", justifica Lúcia.

"Não fiquei aborrecido com o barulho, afinal era só nos fins de semana, o que me levou a chamar a polícia uma vez foi que não me conformei com esses rapazes e moças parados no meio da rua impedindo os carros de passarem", diz José Dias, residente na 415 norte. "Isso é infantilidade e a polícia precisava agir conclui".

KABUKI_

A arte do exagerado é admirada com sono

CLÁUDIO TOURINHO

A arte do exagerado passa pela cidade num rastro de cometa. Prenunciando o exorcista Kazuo Butoh Ohno, que se apresentou também na Villa-Lobos, o teatro milenar Kabuki contagiou seu público (uma mistura de curiosos, amantes e neutros) com uma magia própria do seu precursor, o Noh. Mas, do mesmo modo que o astro de hollywood deslumbrou seus espectadores em suas aparições anteriores, o teatro japonês fez o público abrir a boca... de sono.

Apesar de toda a beleza tradicional de quatro séculos, o choque visual do cenário, da vestimenta, da máscara e da mimica, Kabuki mostrou o tédio e a lentidão para uma plateia acostumada com

dinamismos. Diálogos lentos e longos para um alienígena para a cultura tupiniquim. Porém, se você não assistiu, não pense que saiu ganhando. A curiosidade matou o tédio. O sonho venceu o sono.

Nascido na Era Yedo, onde facilmente se observava a rígida distinção entre a casta guerreira e a plebe, o Kabuki foi a maneira encontrada pelos mercadores, ricos mas plebeus, de manifestar suas emoções. Era, no início, uma espécie de drama ligeiro onde se desenvolviam, danças sensuais executadas por mulheres. Os admiradores masculinos começaram a se interessar mais pela beleza das atrizes que dos espetáculos. E para reprimir este desejo incontido pelo prazer, as autoridades resol-

veram moralizar o espetáculo e proibiram a encenação por mulheres.

Mas o Kabuki, já popularizado, não podia parar. Não tem mulheres? Onnagata neles! Por que não homens travestidos? E deste papo todo nasceu uma arte. Depois de 250 anos encerrou-se a proibição de atrizes. Mas para que mulheres? Temos Onnagata. Uma arte tão aperfeiçoada quanto eficiente.

Sendo popular, Kabuki apropriou-se das outras formas de teatro japonês. Do aristocrático Noh, a perfeição e a dança. Do interlúdio Kyoguen, a comicidade. Do Bunraku (Teatro de Marionetes), o texto. E do povo, a graça, o colorido, a fascinação, a excitação e o extraordinário.

Show musical homenageia o líder Mandela

NEVINHO ALARÇAO

Alma negra / dignidade / cae império / sube el sueño de / Mandela. Mandela / Asi / veo un nuevo sol nacer / luz a brilhar / transciende linea y mar / África. América del Sur / Sur - África. Assim termina a principal música do show em homenagem ao povo sul-africano, que Angel James, um venezuelano de passagem por Brasília, realiza no campus universitário (anfiteatro 9), no dia 02 de maio às 12h30. "Inicialmente a idéia era fazer o show em frente à Embaixada da África do Sul", Angel nos conta, mas as dificuldades eram tantas, desde transporte de equipamentos até a afluência do próprio público, que ele acabou desistindo. E a convite do músico Fred Brasiliense resolveu fazer o show aqui na UnB.

Angel James vem de um show feito em Caracas, capital da Venezuela, com o mesmo repertório deste, no início de maio. Ele relembra o sucesso alcançado na capital de seu país, e fala das razões de sua vinda para o Brasil (aliás sua volta, pois ele já passou alguns anos aqui na UnB estudando biomedicina: "Eu recebi uma proposta para gravar um LP em Caracas, e resolvi pensar na coisa longe dela, apesar de já ter deixado tudo encaminhado. "Sobre o show em si, ele diz que é composto basicamente de músicas feitas em homenagem a Nelson Mandela, líder sul-africano, preso na luta contra o Apartheid, regime racista da ex-colônia inglesa.

Quando à questão do apartheid, Angel James julga, obviamente, um grande atentado aos princípios de dignidade humana, e acha importante, a participação direta dos povos do Terceiro Mundo na luta contra esse câncer. Mas ele mostra preocupação apenas com uma espécie de "modismo do anti-racismo", a manifestação cíclica, não consequente e desunida dos negros contra a segregação. E exemplifica: "É estranho, mas nos meus quase cinco anos de UnB, conheci uns três ou quatro negros, e estrangeiros!" A não-presença negra na UnB ilustra bem essa desigualdade racial/social.

O show de Angel não é só dele, e ele faz questão de frisar. O grupo que o acompanha é composto por Zé Carlos (violão), Beto Gonçalves (voz), Rogério (bateria), Nogueira (sax) e Wilson (flauta). Angel James participa com piano e voz. O show caminha na direção de tentar, através da música, um maior contato entre os países latinos. "O Brasil ficou, infelizmente, durante um longo período, de costas para o processo musical latino-americano", ele lamenta. "Há alguns anos eu lancei uma proposta, através do CAMPUS, da criação de um Centro de Estudos Musicais Latino-Americanos, onde tivesse informações sobre os processos musicais latinos, e que ajudaria a criar uma identidade continental. E a idéia caiu no vazio, eu não vi nada ainda", constata com tristeza. A imagem que temos da música latina é cem por cento folclórica, mas existem alguns processos bem avançados. A música cubana, por exemplo, e uma das grandes fontes do jazz latino, afro-caribense.

Angel James assume a responsabilidade de espalhar seu canto e sua mensagem, e conclui: "O povo latino deve se unir e se manifestar".

Bibi: "Sem apoio não dá"

DENISE ROTHENBURG

O Projeto Procópio Ferreira, apresentado por Bibi Ferreira ao presidente Sarney, vem justamente tentar solucionar esses problemas. Prevê a oficialização do apoio, ou seja, metade das despesas correriam por conta da companhia e a outra ficaria a cargo do Governo Federal, Estadual e Municipal.

De acordo com Bibi, se o Projeto for aprovado, será possível a diferenciação de preços para um espetáculo como PIAF na Sala Villa-Lobos, pois haverá um apoio estável, não só em Brasília, mas em todas as cidades. "Atualmente, as coisas são resolvidas na hora em que desembarcamos. Ai é que vai ser decidido se teremos hospedagem, transporte ou alimentação e, assim, não dá pra continuar".

O Projeto entregue a Sarney defende, ainda, o teatro amador de qualidade, ou seja, dá aquelas peças que fazem sucesso "em casa", oportunidade de viajarem pelo país divulgando seu trabalho. E vai mais além, porque assegura ao ator brasileiro um emprego por mais tempo, evitando que os espetáculos morram no eixo Rio-São Paulo. Bibi Ferreira é quem explica: "Hoje, as empresas sem apoio para viagens, ficam no Rio ou em São

Paulo, onde os custos são menores; mas depois de três ou quatro meses, o ator está desempregado. As peças fazem sucesso, mas confinadas ao trecho Rio-SP. O que precisamos fazer é levar o teatro ao Brasil".

Receita de ator

Para Bibi Ferreira, o teatro profissional e amador devem seguir uma linha, e dá uma receita básica para atores em geral: "Disciplina, respeito ao público, que está comprando uma mercadoria sem conhecê-la, amor, trabalho árduo e amor e respeito pelo talento do autor da peça. Sem isso, é melhor desistir ou contentar-se em ser um ator de segunda categoria".

PIAF trouxe novamente Bibi Ferreira a Brasília, só que desta vez como ela mesma disse, "não perdi um só dia aqui sem me interessar pelo teatro em geral". E ela andou bastante. Esteve com o presidente Sarney, com o ministro da Cultura, Celso Furtado e, ainda, teve uma hora, ao pé da letra, para proferir uma palestra no Teatro Dulcina sobre o seu trabalho como atriz e, mais especificamente sobre a peça PIAF.

O que deveria ser uma conversa agradável acabou virando algo como o "Advogado do Diabo", onde PIAF e a

questão de preços se transformaram nas estrelas do show. Com uma paciência de Jó, entre muitos apartes, Bibi Ferreira falou da situação atual do teatro brasileiro e dos inúmeros problemas que ele enfrenta.

Reclamações

Para quem reclamou dos preços, Cz\$ 100,00 e Cz\$ 120,00, Bibi explica que "PIAF" é um espetáculo sofisticado, dinâmico, elegante e fora da média". Esta última classificação deve-se ao fato de ter 30 pessoas entre atores, iluminadores, camareiros, contra-regras, etc. E continua: "É o primeiro espetáculo que, nos últimos anos, percorreu mais de 40 cidades e as viagens saem caras para a companhia. Em Brasília, ainda tivemos hospedagem e alimentação, mas em Vitória (ES) e Juiz de Fora (MG), tudo correrá por nossa conta".

E Bibi não pára por aí: "Uma empresa tem, ainda diversas obrigações e, geralmente, a folha de pagamentos sai do bruto da bilheteria. Além disso, o teatro, não por si só, mas pelo preço, é elitista". E completa: "Seria muito difícil uma companhia profissional se manter sem apoio, cobrando preços acessíveis em teatros pequenos, ou onde não há divisão de lugares".

Festas infestam Brasília

Um ano após a emocionante morte do presidente, Brasília aniversaria pela 26ª vez, e a população pode se preparar para tirar os dentes da farsa e entrar na festa organizada pelo Governo do DF e pela Fundação Cultural, contando com o apoio financeiro do Governo e de empresas de Brasília. A festa culminará nos dias 19, 20 e 21 de abril, quando se concentrará a programação, que conta com eventos que vão desde a I Maratona Internacional de Brasília até o espetáculo "Três Vezes 21 de Abril".

Um show musical com Paulinho da Viola, Carlos Lyra, Tito Made e Leni Andrade e outro com Capital Inicial,

Plebe Rude, Obina Choke e Mel da Terra ocorrerão em frente ao Congresso Nacional, no sábado e no domingo. Ainda nesses dias, serão realizadas atividades no Parque, nos ginásios de esportes Cláudio Coutinho e Presidente Médici, em frente ao Palácio do Buriti, no Conjunto Aquático, no Teatro Nacional, no Centro de Convenções, no Cine Brasília e nas cidades-satélites. As atividades já se iniciaram com a abertura da exposição Retrospectiva do Arquiteto Oscar Niemeyer, no Sítio Negro do Congresso Nacional, no dia 7 e que se estenderá até 26 deste mês.

Na noite de 21 de abril, Fernando Bujones, Ana Botafogo e mais quatro

bailarinos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro dançam no palco da Sala Villa-Lobos. Ana Botafogo já conhece Brasília, fez espetáculos como Giselle e mais recentemente A Casa de Bernarda Alba, em versão coreografada pelo bailarino, Hugo Rodas.

O uruguaio e brasiliense Rodas é a segunda grande atração da festa. Ele coreografa e atua no espetáculo cênico-musical "Três Vezes 21 de Abril". A peça mostra vários momentos da história do País. São aproximadamente 60 atores e dançarinos de Brasília, liderados, além de Hugo, pelo diretor Marcos Fayad, pela atriz Ítala Nandi e pelos atores Neio

Lúcio e Chico Expedito. O espetáculo fica em cartaz de 15 a 21 de abril, sempre às 21h30, na Sala Martins Penna.

Também no dia 21, às 15 horas, acontece o Concerto Cabeças, na rampa acústica do Parque da Cidade, contando com a participação dos bailarinos Cláudia Trajano e Sérgio Ulhoa, e com um mímico brasiliense Miquêias Paz.

Durante a programação, a Fundação Cultural, com o apoio de secretarias do GDF, manterá um comando de assistência aos eventos, que segundo informou a assessora de imprensa da Fundação, custarão a soma de três milhões e duzentos mil cruzados.

**Renato
Moreira
e
Paulo Alberto
Fortes**